

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 132/133 CURITIBA, QUARTA/QUINTA-FEIRA, EM 04/05 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Valdir Rossoni
Líder Oposição	Orlando Pessuti
PTB	Ademar Traiano
PFL	Plauto Miró Guimarães
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Hermes Fonseca
PDT	Edgar Bueno
PSDB	Sérgio Spada
PL	Pastor Edson Praczyk
PSL	Edno Guimarães
PST	Divanir Braz Palma

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE OUTUBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1844

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 265/99, item 07, em 1ª discussão, de autoria do ilustre deputado pastor Edson Praczyk, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1844-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de lei nº 165/99, item 06, em 1ª discussão, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1845

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 592/99, item 08, em 1ª discussão, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 1846

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 022/2000, item 05, em 2ª discussão, de autoria do deputado Beraldin, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1831

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 663/97 que “orienta a implantação de distritos industriais ecológicos e dá outras providências.”

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1840

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER, liderança para tratamento de assuntos de interesse partic-

ular, pelo período de 30 dias a contar desta data, observadas as disposições regimentais.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1833

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao tenente coronel QOPM Itamar dos Santos, pela posse como novo comandante do Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, desta Capital.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Assume nesta data o Comando do Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, desta Capital, o tenente coronel QOPM Itamar dos Santos.

Filho do coronel Arinovil Fernandes dos Santos e de Iracema Probst dos Santos, nasceu em Curitiba. Formou-se como oficial na Academia Policial Militar do Guatupê, em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba e fez Especialização Superior de Polícia na Academia Policial Militar do Guatupê e Universidade Federal do Paraná.

Tendo realizado diversos cursos dentro e fora do nosso país, o tenente coronel Itamar dos Santos é oficial dos mais preparados que, com certeza muito bem desempenhará o cargo que ora merecidamente lhe é conferido.

Possuidor de diversos títulos que lhe foram conferidos ao longo de sua carreira, o tenente coronel Itamar dos Santos já realizou e publicou alguns importantes trabalhos dentro de sua área de atuação.

Tendo sempre sido promovido por merecimento, ocupou dentro da Polícia Militar muitos cargos importantes, resultado de sua impecável carreira dentro da corporação.

REQUERIMENTO Nº 1834

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Tribunal de Alçada do Paraná, pela comemoração de seus 30 anos de instalação.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Alçada do Paraná comemorou no mês passado 30 anos de instalação.

Criado em 28 de setembro de 1970, o Tribunal de Alçada do Paraná foi o quinto do País, depois de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Com a finalidade de auxiliar o Tribunal de Justiça, foi criado o Tribunal de Alçada, mas com o crescimento do Estado e do número de processos, sua competência foi

aumentando. Hoje, o Tribunal de Alçada responde por 70% dos recursos julgados no Estado, enquanto o Tribunal de Justiça responde pelos outros 30%.

No ano passado foram distribuídos 21 mil processos, dos quais 19,4 foram julgados. Até julho deste ano foram 13 mil processos que chegaram ao Tribunal de Alçada e a expectativa é de atingir 26 mil até o final do ano.

O TA é formado por 50 juízes e é responsável por matérias cíveis e criminais, entre elas casos envolvendo acidentes de trabalho, ações possessórias, usucapião, mandados de segurança, crimes contra a vida (homicídio culposos), lesões corporais, crimes contra a honra, a liberdade pessoal, o patrimônio, entre outros.

Pela comemoração de seus gloriosos 30 anos de instalação, receba o Tribunal de Alçada, através de seu presidente Celso de Macedo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1836

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a doutora Marlise Heinen, alusivos à inauguração da Escola de Inglês Wison Conversação e Centro Empresarial Odontológico, a ser realizado no dia 6 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência à homenagem, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Conselheiro Laurindo, 502, CEP: 80060-100, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1837

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao padre Gustavo Henrique Pereira Filho, alusivos à confraternização de seus noventa anos, comemorados no próximo dia 12 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Cândido de Abreu, 180, apto 55, 5º andar, CEP: 80530-000, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1842

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito

aplauso ao casal Aristides dos Anjos e Alice dos Anjos, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1843

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Isavelino Vilhalba de Mello e Rosidete Berleze de Mello, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1847

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - Cescage, pela comemoração do seu 1º aniversário.

Entidade de ensino de grande importância para o município de Ponta Grossa, vem atraindo estudantes de todas as partes que buscam aprimorar seus conhecimentos e obter uma formação sólida e profissional que os habilite a uma vida adequada e humana participando efe-

tivamente do desenvolvimento sócio-econômico da região.

Com a luta e a dedicação dos professores, diretores e funcionários, a instituição vem crescendo e se desenvolvendo, educando e formando cidadãos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos alunos, funcionários e professores, em nome de Júlia Streski, diretora geral do Cescage, na Avenida General Carlos Cavalcanti, s/nº - Seminário São José - Ponta Grossa - PR - CEP: 84030-000.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1848

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Diretoria e funcionários da Herbarium Laboratório Botânico Ltda, pela passagem de seus 15 anos de fundação, o qual ocorreu no dia 30 de setembro de 2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos diretores, senhora Magrid Teske e senhor Clóvis Henry Teske, através de correspondência a ser encaminhada, Av. Santos Dumont, nº 1111, Roça Grande, CEP 83403-500, Colombo, PR.

Neste termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1832

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor à equipe de fotógrafos do Jornal Gazeta do Povo que, desde o primeiro momento da tragédia ecológica, causada pelo vazamento de quatro milhões de litros de óleo, esteve presente registrando o trágico acontecimento que marcou nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo, como sempre, vem realizando uma cobertura jornalística que ultrapassa a mera informação dos acontecimentos. A par dessa, despertou as autoridades estaduais, federais e municipais, como a própria comunidade, para a necessidade urgente de mobilização para socorrer aqueles que estavam perecendo com o desastre: rios, plantas, árvores, peixes, aves, como para evitar maiores danos para a população. Mostrou a gravidade da situação ouvindo autoridades da área. Cobrou medidas da Petrobrás mostrando a negligência dessa, como de outros responsáveis pela tragédia ecológica. Alertou a população, em especial a residente

nas áreas atingidas, para os perigos do óleo espalhado. Pesquisou, comparou e mostrou dados relevantes, não apenas para que se possa minorar o impacto dessa tragédia de uma postura ecológica correta, como para que outras sejam evitadas com planos de prevenção.

Na excelente e completa cobertura feita pela Gazeta do Povo, do maior desastre da história da Petrobrás e um dos maiores desastres ecológicos do mundo, os comunicadores, como este deputado, encontram farto material para estender a informação a todos aqueles que têm no rádio o único meio de comunicação, como para alertar a comunidade quanto aos perigos trazidos com a tragédia.

Durante todo o tempo, a equipe de fotógrafos do Jornal Gazeta do Povo (Praça Carlos Gomes, 04, Centro, Curitiba), esteve presente, registrando de forma impecável o acontecimento trágico, pelo que se requer votos de louvor aos fotógrafos: Edson Silva, Pedro Seralpio, Arnaldo Alves, Liudi Hara, Antonio Costa e Aniele Nascimento.

REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de louvor ao major QOPM João Ramirez Junior, pelos excelentes serviços prestados à frente do regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio desta Capital.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Assume nesta data o Comando do Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, desta Capital, o tenente coronel QOPM Itamar dos Santos, em substituição ao major QOPM João Ramirez Junior.

Filho de João José Ramirez, o major João José Ramirez Junior é paranaense, nascido em Apucarana.

Com Curso Superior de Formação de Oficiais na Academia Policial Militar do Guatupê, realizou diversos cursos de especialização profissional, tendo inclusive muitos trabalhos e publicações de relevância.

Alcançou seu atual posto, tendo sempre sido promovido por merecimento e galgando postos cada vez mais altos com uma irrepreensível carreira dentro dos quadros da Polícia Militar.

Além de suas atividades dentro da corporação, o major João José Ramirez Junior possui outras atividades: radioamador, membro do Movimento Escoteiro e membro de Diretoria (diretor por 19 anos alternados) do Círculo Militar, o que demonstra o espírito altruísta do qual é imbuído.

Tendo estado à frente do Regimento Interno Coronel Dulcídio, desempenhou esta função de forma brilhante, pelo que elevamos ao major QOPM João José Ramirez Junior (Av. Konrad Adenauer, 1166, Tarumã,

Ctba), os votos de louvor do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente.

REQUER, ao Excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o encaminhamento de expediente ao Meritíssimo doutor Rodrigo Brum Lopes, juiz eleitoral da 115ª Zona Eleitoral, cumprimendo-o de forma extensiva ao escrivão eleitoral, doutor Gasto Piva Filho, ao chefe de cartório, senhor Leonir Valmórbida, bem como a todos os servidores da mencionada Zona Eleitoral, pelo imparcial e brilhante trabalho desenvolvido na condução do processo eleitoral em todos os municípios da área de abrangência da 115ª Zona Eleitoral, com sede na cidade de Dois Vizinhos, Paraná.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 320/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º da Lei Estadual 12.905, de 31 de julho de 2000, que autorizou o Poder Executivo a criar a Circunscrição de Trânsito, Ciretran no município de Paçandu, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - A Ciretran de Paçandu terá jurisdição sobre os municípios de Doutor Camargo, Ivatuba e São Jorge do Ivaí, além do município-sede, Paçandu”.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se, com a alteração da Lei nº 12.905, de 31.07.2000, excluir o município de Floresta da jurisdição da Ciretran de Paçandu, voltando esse município a pertencer à jurisdição da Ciretran de Maringá.

A razão dessa alteração é pelo fato de que, para os usuários de Floresta, a Ciretran de Maringá fica com acesso mais próximo e fácil que a de Paçandu.

PROJETO DE LEI Nº 321/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Estudantes de Sertãoópolis, com sede e foro no município de Sertãoópolis, PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Estudantes de Sertanópolis, constitui uma entidade sem fins lucrativos, com objetivo de exercer a representação máxima de defesa e coordenação dos interesses da comunidade estudantil de Sertanópolis.

Constam entre suas atividades a luta pelo respeito as liberdades fundamentais a pessoa humana a partir de um ideal comum que consolida Democracia e Trabalho, promovendo ainda a discussão e a busca de soluções para as questões do meio estudantil, prestando dentro dos limites de suas possibilidades a assistência social econômica e cultural aos estudantes associados.

A referida associação vem promovendo também a melhoria das relações estudantis com as demais instituições da sociedade civil organizada através da realização de palestras, debates, entre outros.

Em função dos motivos supra-citados solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 322/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação para Combate ao Câncer "Rosala Calixto Hakim", com sede e foro no município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação para Combate ao Câncer "Rosala Calixto Hakim", constitui pessoa jurídica de direito privado de fins não lucrativos, com objetivo de apoiar as atividades científicas, educacionais, sócio-assistenciais, culturais e filantrópicas no campo da saúde.

A referida fundação desenvolve atividades de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de pacientes com câncer, promovendo ainda o intercâmbio de cooperação técnico-científica com instituições nacionais e internacionais que atuam em seu campo conexo, apoiando e patrocinando ainda o desenvolvimento de novos produtos e equipamentos que objetivam a melhoria da qualidade de vida dos pacientes portadores de câncer.

Em função da realização destas atividades de elevado teor social, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 323/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Londrina.

Parágrafo Único - O Poder Executivo colocará à disposição da delegacia, para a execução do disposto no *caput* deste artigo, corpo de funcionários, composto por psicólogos, assistentes sociais, médicos e outros profissionais competentes com atuação na área da criança e do adolescente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.10.2000.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A criação de uma Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Londrina, será da maior importância para a comunidade daquele importante município paranaense.

Todos nós sabemos o que representa Londrina para o nosso Estado e para o Brasil, da sua pujança e do seu maravilhoso progresso, mas infelizmente, também, é de conhecimento de todos, os graves problemas sociais enfrentados pela sociedade londrinense, principalmente as crianças e adolescentes.

Com a criação e instalação da Delegacia da Criança e do Adolescente em Londrina, com profissionais capacitados para enfrentar os casos em que as crianças e os adolescentes são as maiores vítimas, estaremos contribuindo para uma melhoria do nível de vida daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente concedemos a palavra ao deputado Fernando Ribas Carli. Está ausente do Plenário.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, dois assuntos me trazem à tribuna nesta tarde. O primeiro deles para falar que hoje comemora-se o dia da natureza.

(Lê):

"Dia da Natureza

Hoje comemora-se o dia de São Francisco de Assis é também o Dia Mundial da Natureza. Não podemos deixar de fazer uma reflexão.

A decisão de proteger os ambientes naturais e controlar a poluição não está apenas nas mãos dos governantes e das grandes indústrias. Estes têm sim uma grande responsabilidade, já que os governantes têm o poder sobre áreas ambientais, políticas de preservação e condições constitucionais de controle de meio ambiente.

Já, as grandes empresas, além da responsabilidade têm, para com o meio ambiente, um tributo, uma vez que dele extraem seu produto primário ou nele lançam seus resíduos.

Mas, sobretudo, a decisão de proteger o meio ambiente e controlar a poluição está na rotina diária de cada cidadão comum do planeta. Em cada ato do dia-a-dia é possível ter consciência de que o meio onde vivemos não será eterno se for destruído a água potável acabará, o ar puro desaparecerá, as florestas darão lugar a desertos. Seremos órfãos da nossa tão sábia Mãe Natureza.

As atuais e crescentes questões da degradação ambiental, cada vez mais abrangentes pelos iminentes riscos contra a vida em geral, constituem desafiantes problemas ambientais, inicialmente locais e, gradativamente, interlocais, nacionais, regionais (dois ou mais países) e internacionais. O mundo todo sofre com estes problemas, já que o meio ambiente é o mundo e somos nós.

Pouco tempo atrás falava-se de poluição de rios e lagos. Infelizmente o vocabulário ecológico transformou-se rapidamente para termos negros. Hoje fala-se em poluição transfronteira do ar, com as conseqüentes alterações climáticas, a destruição da camada de ozônio, o efeito estufa, riscos à biodiversidade, risco da integridade do patrimônio genético.

Hoje verificamos que o crescimento da humanidade como um todo tornou-se uma grande e real ameaça: a degradação vertiginosa as cidades, particularmente dos países em desenvolvimento, a explosão demográfica, a falta de planejamento e saneamento básico, a improvisada e rápida urbanização desordenada e irracional, o êxodo rural para grandes centros urbanos que têm como causa as habitações desumanas e reprováveis tudo isso são ao mesmo tempo, desenvolvimento e ameaça.

Há que se fazer uma parada, uma reflexão profunda e séria e uma imediata tomada de consciência e atitude em benefício do meio ambiente, pois não há dúvida de que estes desafiantes problemas atuais concorrem para outros fundamentais referentes à vida, a alimentação, à saúde, à liberdade, à segurança, à propriedade, à igualdade, ao sossego, ao trabalho, à cultura ao lazer, enfim, ao bem-estar da população.

Vamos fazer deste dia, cada um de nós, uma reflexão de como podemos ser agentes de preservação do meio ambiente. De como podemos colaborar com a natureza em cada gesto, em cada ato, a cada dia, para termos sempre um lugar, um meio, um ambiente, um meio ambiente, onde possamos habitar”.

Falo tudo isso senhor presidente, porque aprendi muitas lições quando fui vice-prefeito desta capital, na gestão do hoje, governador Jaime Lerner, e uma das tarefas importantes que eu acho deu título importante à Curitiba, não só deu o título mas a cidade assimilou esse

papel também, quando nós, eu o secretário Toshi Nakamura, mais dois ou três funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, percorríamos a periferia de Curitiba, especialmente as áreas de ocupação irregular, as chamadas “favelas”, onde não entra o caminhão de lixo, onde não entra nenhum tipo de condução para que se possa fazer a coleta do lixo e foi aí que nós implantamos um projeto inédito de que foi premiado inclusive na Eco-92, realizada no Rio de Janeiro.

Eu, o secretário Toshi Takamura e mais alguns funcionários percorríamos essas áreas e convencíamos a população de que ela tinha que ser o principal agente de responsabilidade em relação ao seu meio ambiente, fazendo com que entendesse que eles deveriam cuidar do seu meio ambiente, da vida, do local onde moram e para isso teriam que se tornar porque não até “garis” do seu próprio lixo, e isso nós fizemos um trabalho realmente extraordinário, ao final coroado de todo êxito, e nos temos hoje em Curitiba, o Lixo que não é lixo, a compra do lixo, a troca do lixo por alimentação, por vale transporte, na época de Páscoa, pelo ovo de Páscoa, na época de Natal, pelo brinquedo de Papai Noel e coisa parecida, e foram pequenas ações como estas que realmente deram essa transformação ecológica da capital paranaense, muito embora alguns não queiram entender assim. A cidade de Curitiba é sem dúvida alguma o exemplo para o País de como se cuida do meio ambiente.

Por isso fiz questão senhor presidente de vir à tribuna no dia de hoje para fazer o registro do Dia da Natureza, do Dia de São Francisco, o dia em que cada um devemos fazer uma reflexão a respeito da questão do meio ambiente.

Mas quero completar também dizendo de que ontem representei este Poder, no lançamento do livro feito pelo companheiro Danilo Costa Cortes, e que retrata história de um jornal que tive a honra de fazer parte do seu quadro de jornalistas, o “Diário do Paraná”. Ontem foi lançado o livro “Diário do Paraná”, do jornalista e professor Danilo Cortes, obra que resgata a memória da imprensa paranaense na segunda metade do Século XX.

Danilo, que foi funcionário do jornal criado por Assis Chateaubriand e Aderbal Stresser desde o primeiro até o último dia do seu funcionamento, presenciou uma revolução técnica que modernizou a imprensa do Paraná.

Com efeito, aquele jornal surgido em 1955, na época de ouro da cafeicultura do Paraná, trouxe novidades que se incorporaram ao cotidiano de nossos jornais, a diagramação das páginas, a reportagem de sua e a edição das matérias com títulos chamativos e textos limpos, dentro da melhor escola de jornalismo mundial.

Com o Diário do Paraná a comunicação evoluiu, a linguagem mudou e fez-se a história.

Trabalhei naquele jornal em seus primeiros anos, nas épocas de 68 à 79. Fizemos parte daquele jornal, depois pertencendo ele a família Martinês, com o Canal 6, também já se juntando ao próprio jornal.

Evidentemente que fizemos um trabalho de jornalismo investigativo, especialmente naquela época na área policial.

Na verdade fizemos alguns trabalhos, por sinal até registrado aqui neste livro de um dos fatos mais graves que aconteceu em Curitiba e que acabou sendo a grande reportagem que fizemos no Diário do Paraná.

Obrigado a cerrar suas portas depois de 28 anos de circulação, em 1983, o Diário do Paraná foi uma escola de comunicação a serviço do interesse público, construindo uma página luminosa na História da imprensa e da sociedade paranaense.

Por isso tenho a honra de entregar a Vossa Excelência, como brinde pessoal, um exemplar do livro, para figurar em lugar de destaque em nossa biblioteca - para servir - segundo disse o autor, Danilo Cortes, em sua dedicatória: "Como contribuição à História da nossa imprensa". Deputado Algaci Tulio.

O SR. PRESIDENTE (Caito Quintana)

Esta presidência, deputado Algaci Tulio, recebe de Vossa Excelência este exemplar e encaminha à biblioteca da Assembléia Legislativa para fazer parte do acervo do nosso Poder.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente e senhores deputados, no dia de hoje estou reassumindo as minhas funções, a minha cadeira como deputado. Digo aos senhores que retorno da minha cidade, Guarapuava após um embate eleitoral e que não fomos vitoriosos. Mas, nem por isso, nos arrefeceu a sede que temos por justiça e pela democracia.

Quero dizer aos senhores que foi uma grande luta, lutamos e lutamos muito, tivemos grandes companheiros ao nosso lado, a população ao nosso lado, os senhores devem ter acompanhado. Infelizmente não conseguimos o intento. Ganhamos a eleição no perímetro urbano, que é o maior colégio eleitoral, mas acabamos perdendo no interior.

Mas isso não é desculpa, derrotado, não tem desculpa, tem que ter fatos concretos. Mas a grande verdade é que o interior votou contra porque nós com a concepção que devemos fortalecer cada vez mais os municípios, nós nos posicionamos contra emancipações de distritos.

Mas, mesmo assim na cidade ganhamos a eleição e conseguimos lá 34.437 votos e, o vencedor conseguiu 36 mil e poucos. Mil e poucos votos a mais.

Na verdade tenho que dizer aos senhores que a cidade de Guarapuava está triste e os nossos adversários a quem respeitamos, porque ganharam a eleição festejam entre eles, a cidade não está festejando.

Mas, senhor presidente e senhores deputados uso a tribuna neste momento, não para justificar erros ou acertos da Campanha Eleitoral de Guarapuava, uns dos maiores colégios eleitorais do nosso Estado, mas isso

para fazer uma denúncia e gostaria que as pessoas da imprensa, os jornalistas aqui presentes se ativessem ao que vamos dizer porque são fatos concretos que aconteceram e não aconteceram somente agora, eles vem acontecendo já há muito tempo.

Senhor presidente e senhores deputados, na Campanha de Guarapuava tivemos o desfile de diversas celebridades da política do Estado.

Tivemos os três senadores fazendo campanha pela televisão e fazendo campanha também no corpo-a-corpo, fazendo comícios. Eu não sei por que Guarapuava era tão importante! Mas, isso é democracia e nós respeitamos que todos devem pedir votos e trabalhar pelos seus aliados e pelos seus companheiros. Só que nós assistimos lá, senhor presidente, senhores deputados, pessoas que têm um discurso, e a prática não é a mesma.

Quero dizer aos senhores que desfilou lá, pela televisão, o senador Álvaro Dias, o senador Osmar Dias, o senador Roberto Requião, todos eles da mesma linha, imputando a este que vos fala todas as mazelas que ocorrem no Estado do Paraná e no Brasil, firmando que éramos os responsáveis pelo tráfico de drogas no Paraná, quando os senhores sabem que eu fui, aqui, o relator da Comissão Especial de Investigação, que fizemos um relatório que hoje está servindo até de modelo em nível federal para as alterações no Código de Processo Penal. Nos imputaram todas as culpas. Mas, não ligo a isso, porque eu creio em Deus e sei que ele fará seu julgamento. Mas, realmente, o que muitas vezes a gente pensa no momento da eleição em responder, mas que segura para dizer depois. E é isso que eu queria a atenção da imprensa: o senador Álvaro Dias esteve e, Guarapuava, comentando a quatro ventos, não só ele como o irmão, o Osmar e o Requião, que eu sou proprietário do pedágio, que eu tenho empresa dona do pedágio, que eu votei pelo pedágio. Quero dizer, em primeiro lugar, eu não votei nada do pedágio, por quê? Porque quando as rodovias foram concedidas aos governos estaduais, eu estava licenciado e eu era o chefe da Casa Civil. E o senador Osmar Dias e o senador Roberto Requião estavam na sessão do Senado e do Congresso Nacional, e eu tenho a Ata daquelas sessões e em nenhum momento qualquer um dos representantes deste Estado se pronunciou contra que essas rodovias fossem delegadas ao governo do Estado.

Mas, e mais, senhor presidente, senhores deputados, o senador Álvaro Dias cantou aos quatro cantos que eu sou o dono do pedágio, que eu tenho influência no pedágio e que eu sou responsável pelo pedágio. Agora, quero dizer aos senhores que me surpreende o senador falar isso, porque quem viajou no final do ano passado e foi ao encontro do ano 2000, para serem os primeiros a encontrar o ano 2000, lá na Austrália, Nova Zelândia e em Bali, não fui, senhor presidente, não foram os senhores, certamente. Eu estava ali no litoral paranaense, em Caiobá, no meio do povo do Paraná. O senador Álvaro Dias estava lá na Nova Zelândia, em Bali ou em Sidney,

acompanhado de um empreiteiro que é o dono de um dos trechos do pedágio. E eu queria aqui pedir à imprensa que o senador mostre o seu passaporte para verificarmos a data que ele viajou, onde ele esteve, que eu vou pedir também ao proprietário desta firma, que é uma das concessionárias, o seu passaporte. E peço mais: vamos atrás da Interpool e vamos verificar qual foi o hotel em que eles se hospedaram. Não é intrigante, senhores, que um senador da República que fala mal do pedágio, que combate corrupção viaja a tiracolor com um empreiteiro concessionário do pedágio? São intrigantes essas coisas! Então, eu digo aos senhores: isso é fato pitoresco, o que aconteceu.

Então, eu queria relatar aos senhores e a imprensa, é uma denúncia que eu faço, vamos essa verificação. Eu não viajei com empreiteiro dono de pedágio. Agora, o senador Álvaro Dias e a sua família viajaram acompanhados dos empreiteiros que são donos de um trecho de concessão do pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado Fernando Carli, consulto se Vossa Excelência pretende usar o Horário da Liderança do seu partido?

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Uso o Horário da Liderança, senhor presidente.

Mas, senhores deputados, como disse aos senhores são fatos pitorescos. O senador Roberto Requião cantou todos os versos, disse tantas poesias, só uma verdade ele não falou, até hoje: de onde saíram os dólares que ele enviou para o exterior. Eu, minha vida e minhas contas estão abertas, nunca mandei dólares para o exterior.

Mas, houve mais coisas estranhas que aconteceram em Guarapuava, e eu acredito que isto preocupa todos os senhores deputados, que é a atuação do Egrégio Tribunal de Contas. Quero contar aos senhores. Nós assistimos, lá em Guarapuava uma atuação forte por parte de conselheiro do Tribunal de Contas. Todos os senhores sabem, foi membro desta Casa, o conselheiro Artagão Mattos Leão, que é de Guarapuava. Fomos adversários políticos. E no momento em que ele foi escolhido por esta Casa para ser membros do Tribunal de Contas e como prevê a Constituição Estadual, ele tem que estar isento. Ele não pode ter nenhuma participação político-partidária. E não foi isso o que assistimos. Assistimos o Tribunal de Contas fornecendo certidões de que não era possível realizar projetos que nós tínhamos, nas nossas propostas de campanha.

Na verdade, coisas esdrúxulas. Porque nós dizíamos que iríamos fazer uma obra e saía uma certidão do Tribunal de Contas dizendo que era impossível pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E o que é intrigante, nobres deputados, é que em menos de 48 horas estas certidões saíam e eram divulgadas na televisão, em Guarapuava. Quando todos nós sabemos, nós que somos legisladores, de que a Lei de Responsabilidade Fiscal só prevê gastar o

que tem dentro do orçamento. Se o senhor tiver orçamento, o senhor gasta. Se o senhor quiser construir moradias e entregar à população sem nenhum custo, o senhor pode fazer. Desde que o senhor tenha recursos. Desde que o senhor não comprometa a receita futura. Desde que não deixe dívidas para o seu sucessor.

Mas, não foi só isso. O que mais intrigou, não só a mim, intrigou a todos aqueles que estavam, naquele momento, presenciando as eleições. O conselheiro Artagão brada aos quatro ventos que seu filho, Artagão Filho, é candidato a deputado estadual e que já vem fazendo campanha. E no dia da apuração, o nobre conselheiro do Tribunal de Contas portava um crachá do PMDB e teve acesso à apuração e da janela do local onde se fazia esta apuração, comandava a música da vitória.

Então, quero dizer aos senhores, o deputado Artagão, na verdade, está procurando tirar satisfação com a vitória dos outros, porque ele se refugiou no Tribunal de Contas, certamente ele já sabia que não tinha mais votos em Guarapuava. O povo já o tinha aposentado. Mas, ele usar do seu cargo, minha gente! É muito claro o que diz o artigo 77 da nossa Constituição: “Os conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos, vantagens dos desembargadores do Tribunal de Justiça, aplicando-lhes quanto à aposentadoria e pensão as normas constantes do artigo 35 desta Constituição.”

E, lá no artigo 97, Parágrafo Único, diz o seguinte: “Aos magistrados é vedado:” - porque se eles são equiparados aos desembargadores, aos magistrados, as vedações devem ser as mesmas - I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função salvo uma de magistério; II - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo; III - dedicar-se à atividade político-partidária.”

Então, é uma afronta à nossa Constituição Estadual. Não podemos mais admitir mais isso, meus irmãos! Vejam só, estamos assistindo todos os dias estes acontecimentos e estamos calados! Palestristas como o professor titular da Universidade de Direito, da USP, o senhor Adilson Dallari, já fez estas considerações. Não se pode, por mais que o corpo técnico, os auditores, procuradores, tenham a maior capacidade em auditar as contas, os conselheiros não agem dessa maneira. E o que assistimos lá em Guarapuava foi isso, o conselheiro Artagão usando politicamente o seu cargo.

E quero fazer mais denúncia que tenha em mãos aqui: o conselheiro Artagão tem 99% de duas rádios de Guarapuava que desrespeitaram, e estão lá as ações para serem julgadas pela justiça eleitoral durante o período, usando as suas rádios em favor do candidato do atual prefeito, do vencedor das eleições. Por quê? Porque recebe verbas da Prefeitura de Guarapuava. E mais, meus irmãos, não é só da Prefeitura de Guarapuava, todas as pequenas prefeituras da região de Guarapuava, senhor presidente.

E aqui é uma denúncia, um desafio: que apresentem as contas. São obrigados a pagar, se não obrigadas, são convidadas a pagar mensalmente um valor para essas duas rádios e para um jornal que circula semanalmente. Pergunto aos senhores: qual é a isenção que tem um conselheiro ao julgar as contas de uma dessas prefeituras? É seriíssimo o que está acontecendo no Paraná, sabem os senhores, todos homens públicos, aprovados pelo voto, a fragilidade de prefeitos de pequenas cidades, o temor que têm pelo Tribunal de Contas, o que eles sofrem quando chega alguém dizendo que tem que assinar um contrato de mil, dois, cinco mil reais por mês para essa ou aquela rádio. O documento está aqui, 99% das ações são de propriedade dele, e tem mais o jornal.

Então, queria dizer aos senhores: não podemos concordar com isso. E também estou encaminhando através de constitucionalistas, uma representação junto ao Tribunal de Justiça contra o conselheiro Artagão de Matos Leão por ter agido desta maneira: porque eu disse no início: “perdi a eleição mas primo pela democracia”.

E se nós não preservarmos as nossas instituições certamente nós não poderemos continuar vivendo em democracia. Eleição se perde e se ganha, agora a democracia tem que ser preservada. E não podem instituições como o Tribunal de Contas fazer o trabalho que está fazendo.

Além dessa representação que os nossos advogados estão elaborando nós estamos já trabalhando, e vamos a Brasília ao encontro de pessoas que pensam como nós pensamos e vamos fazer também uma emenda à Constituição Federal, uma emenda ao artigo 14 da Constituição Federal do parágrafo 7º que trata das inegibilidades. E nesta proposta de emenda à constituição nós vamos propor também que parentes até 2º e 3º grau de membros do Tribunal de Contas do Estado da União não poderão ser elegíveis, eles também têm que ser inelegíveis. Se eles tem as prerrogativas do Magistrado eles tem os deveres do Magistrado. Eram essas as colocações. Concedo um aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Deputado Fernando Ribas Carli eu quero dividir o meu aparte em duas partes.

Primeiro Vossa Excelência colocou suspeita em relação a viagem do senador Álvaro Dias no final do ano passado.

Olha bem meu caro colega, o senador Álvaro Dias é um homem público de trinta anos de mandato, foi vereador, deputado, senador, governador, não pesa sobre ele nenhuma denúncia de irregularidade na sua função pública. O senador Álvaro dias viajou com a sua família num grupo organizado por um agente de viagens chamada “Vanessa”, onde ela organizou dezoito pessoas de Curitiba e do estado do Paraná e viajaram naturalmente para essa viagem.

Comprou a passagem com o seu cartão de crédito e ainda paga a prestação em nove vezes. Então, eu quero

deixar claro para Vossa Excelência que não deveria falar, que não é pitoresco, claro, o governador Álvaro Dias quando governou o Paraná, investiu um bilhão e cem milhões de dólares em estradas. então, o senador Álvaro Dias, eu não posso deixar passar em branco em colocar essas coisas, porque Vossa Excelência coloca como se ele tivesse viajado com alguém que representa o mau. Ele viajou através de um agente de viagens e foram dezoito famílias e evidentemente não tem nada a ver uma coisa com a outra.

A segunda parte, do meu aparte, é em relação ao Tribunal de Contas, Vossa Excelência tem razão, o Tribunal de Contas extrapola o seu poder de órgão fiscalizador para o órgão político. O Tribunal de Contas, alguns conselheiros, não os funcionários, fazem daquela Casa, na época política um comitê eleitoral, eu assisto e converso com os prefeitos do interior do Paraná e eles temem realmente o Tribunal de Contas. E as prerrogativas que eles têm são muitas, e evidentemente que há enormes interesses políticos por trás disso, e nós na revisão constitucional agora com certeza não haveremos de nos furtar em fazer com que o Tribunal de Contas diminua a sua participação política e faça a sua função que é o assessoramento técnico a esta Casa.

Acho que nós devemos nos colocar muito em relação a isso, contar com a equipe técnica do Tribunal de Contas para fiscalizar o governo e para fiscalizar os convênios realizados com as prefeituras, mas a parte política deve ser deixada de lado. Isso já está muito claro para o nosso estado do Paraná e eu acredito até que para o Brasil, se formos verificar a situação dos Tribunais de Contas do País, nós vamos verificar que é mais ou menos semelhante ao do Paraná, então a intervenção nossa na revisão constitucional é mais que oportuna e necessária, e isso eu concordo com Vossa Excelência.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço as suas palavras, o seu aparte, nobre deputado Neivo Beraldin, e elas vieram corroborar àquilo que eu disse. Em nenhum momento eu afirmei quem tinha pago a passagem do senador Álvaro Dias, eu disse apenas que ele viajou acompanhado de um empreiteiro que é um dos proprietários de uma empresa concessionária e que ficaram hospedados no mesmo hotel, que confraternizaram, isto me causa uma certa suspeita porque eu não viajei com empreiteiro.

O Sr. Neivo Beraldin

Olha o senador Álvaro Dias viajou com sua família, Vossa Excelência não queira desvirtuar as coisas...

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Ele viajou com sua família, mas viajou junto à família do empreiteiro, eu estou denunciando isso, agora,

quero dizer aos senhores quem fala mal do pedágio e viaja com o proprietário, porque ele não foi na televisão e não disse, eu sou amigo do dono da empresa de pedágio, então, o senhor confirma que ele realmente viajou.

Agradeço também o seu aparte em relação ao Tribunal.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Solicito, deputado Traiano, que seja rápido porque estamos com o horário estourado.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Gostaria de ceder o horário da Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Infelizmente o procedimento que a Mesa tem adotado pelo presidente Nelson Justus é de não transferência de horários de um partido para outro, e eu solicito que Vossa Excelência encerre o seu pronunciamento.

Eu gostaria que Vossa Excelência encerrasse o seu pronunciamento senão eu não consigo controlar os demais pronunciamentos que vão à frente e todos irão estourar.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Mas fica consignado esse ato truculento de Vossa Excelência.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço a atenção dos senhores deputados e certamente este é um assunto que em outras oportunidades será debatido desta tribuna.

Muito obrigado a todos.

O SR. CESAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Eu só gostaria que ficasse registrado que a partir desta data não se concede mais um minuto a um orador independente do partido que esteja, porque o presidente Nelson Justus tem sido extremamente tolerante com a Oposição, em diversas ocasiões nós temos visto aqui deputados ultrapassarem 10, 15 minutos, então a partir de hoje ninguém mais ultrapassa um minuto sequer.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Quando eu estiver presidindo, Vossa Excelência deve ter percebido que sempre pautei por isso e, aliás até me recrimino porque o deputado Ribas Carli usou três minutos a mais do que o tempo.

Há um regimento a ser cumprido, senão o orador vai ficar a tarde inteira na tribuna.

No Pequeno Expediente o deputado Beraldin.

(**Declina**)

Deputado Nereu Moura.

O deputado Nereu Moura usará o Grande Expediente por 30 minutos.

O SR. NEREU MOURA

Quero começar por uma expressão do deputado Ribas Carli, é seriíssimo o que está acontecendo no Paraná.

Primeiramente quero me solidarizar ao deputado Ribas Carli, neste momento em que infelizmente o deputado não conquistou a vitória na cidade de Guarapuava e é lógico que quando a gente disputa quer ganhar. Ninguém concorda com a derrota.

Mas, não posso concordar que o deputado venha dizer que os culpados pela sua derrota sejam os senadores Álvaro Dias, Osmar Dias e Roberto Requião.

Pelo contrário, o deputado, um grande companheiro nosso desta Casa, que respeitamos, está equivocado nessa afirmação. O grande culpado pela sua derrota é o seu companheiro governador Jaime Lerner. Este sim, é o culpado, de quem ele deveria cobrar.

Se os senadores Álvaro Dias, Osmar Dias e Roberto Requião foram a Guarapuava apoiar o prefeito Vitor Hugo, o fizeram por uma questão de lealdade, de crença de que lá tinham um companheiro legal, que não foi no conto da sereia, que mesmo pressionado esteve lá e apoiou o senador Roberto Requião nas eleições de 1998.

Agora, o governador Jaime Lerner, a quem o deputado Ribas Carli sempre defendeu, sempre esteve de lado. Será que esteve em Guarapuava, será que foi lá prestar solidariedade a um companheiro que estava lá enfrentando as urnas? É dele que tem que ser reclamado. É da falta de um governo sério que pudesse amparar um companheiro que estava num processo eleitoral. Agora, reclamar dos senadores é na verdade querer inverter os valores, é querer subtrair os valores de um processo eleitoral. Quem faltou com o apoio, não o apoio logístico, porque eu não participei da campanha de Guarapuava, e nem apoiei o deputado Ribas Carli, mas com o apoio de governo, um governo que viesse à televisão e falasse: “O meu governador Jaime Lerner, não fez o pedágio, combateu o narcotráfico, apóia a agricultura, industrializou Guarapuava”. Aí, deputado Pessuti, com certeza o deputado Ribas Carli seria prefeito de Guarapuava.

Agora, quando não tem um governo em quem se espelhar, em quem se amparar, aí os companheiros ficam à deriva.

Conheço os deputados aqui desta Casa que apóiam o governo, companheiros combativos que lutaram de forma brava para defender os seus companheiros no interior e sei o quanto sofreram e se esforçaram para poder eleger alguns companheiros no interior. Mas, não tiveram a sorte de ter um discurso forte, um discurso que pudesse animar o povo, que pudesse jogar uma lança de força e de guerra na população.

Os nossos colegas deputados que apóiam o governo aqui são verdadeiros heróis, enfrentar uma campanha do jeito que enfrentaram, sem o apoio e defendendo um governo rejeitado pelo povo, que não tem credibilidade e é difícil, é muito difícil.

Por isso, que o meu respeito pelos colegas deputados que apóiam o governo aumenta cada vez mais, pela

bravura como enfrentaram esse processo eleitoral. Agora, senhor presidente, eu, com relação à questão do senador Roberto Requião, não dá para entrar nesse mérito que já foi discutido aqui, já foi esclarecido esse problema que ocorreu. Então, não dá para a gente ouvir uma pessoa que perdeu uma eleição vir a sacar coisas contra a honra de pessoas, sem fundamentação, não dá.

Com relação ao pedágio quero fazer um desafio aqui ao deputado Ribas Carli, vamos esclarecer o problema do pedágio, vamos criar a CPI do Pedágio para colocar o pingó no “i”, para saber quem é o empreiteiro, para saber quem é que lucrou com o dinheiro do povo do Paraná. Vamos fazer a CPI do Pedágio passar o Paraná a limpo, para ver quem é que tem culpa em cartório, se são esses governos que estão aí que criaram o pedágio desavergonhadamente, ou se são aqueles que combatem e que buscam fazer com que as coisas fiquem transparentes. Vamos assinar a CPI do Pedágio e vamos passar o Paraná a limpo. É esse o desafio que quero fazer para que acabemos de uma vez por todas com essa lenga-lenga de querer jogar a culpa em quem não tem.

Senhor presidente, falei ontem que iria fazer aqui uma análise da eleição no Paraná, dizendo que o grande derrotado nessa campanha foi o governador Jaime Lerner. O deputado Valdir Rossoni, meu colega deputado, contestou as minhas palavras, mas não contestou os números, porque em números não há o que contestar, basta fazer uma conta de somar e diminuir para ver que quem foi fragorosamente derrotado pelo povo do Paraná está ali no 3º andar do Palácio Iguaçu. Vergonhosamente derrotado. Senhor presidente, fiz um levantamento dos números das cidades do Paraná e cheguei à conclusão: o governador Jaime Lerner foi a Maringá e a Pato Branco apenas na campanha eleitoral. Em Maringá, o prefeito Jairo Gianotto, que estava liderando as pesquisas faltando 15 dias para as eleições, a aparição do governador Jaime Lerner derrubou o prefeito de Maringá e nem para o segundo turno foi. Em Pato Branco, lá na terra do nosso amigo Augustinho Zucchi, foi lá também, o candidato do PFL mostrava uma reação, com a presença do governador, e graças ao trabalho do deputado Augustinho Zucchi, e do excelente prefeito que se elegeu lá, Clóvis, foi na verdade um desastre total e o povo de Pato Branco, com mais de 50% dos votos, elegeu o Clóvis para governar mais uma vez a cidade de Pato Branco.

Ora, quando um governador chegar ao ridículo de prejudicar os seus companheiros, ele tem que parar e fazer uma reflexão de que o seu governo está ruim, está péssimo, não atende os interesses do povo. Não sou eu que digo, foi o povo do Paraná que disse. Aqui em Curitiba o Prefeito Cássio Taniguchi liderava as pesquisas de cabo a rabo, ia ganhar no primeiro turno, a vitória se cantava. De repente, colocaram o governador Jaime Lerner na televisão e o que aconteceu? Houve um empate técnico com o nosso deputado, grande deputado deste Parlamento, um dos melhores deputados que este parlamento possui, o nosso bravo e guerreiro deputado Ângelo

Vanhoni. Um empate técnico. Não sabemos se as pesquisas que estavam influenciadas ou se foi a aparição do governo ou outros fatores que determinaram essa reação fantástica do povo de Curitiba, que graças a Deus no dia 29 de outubro vai conduzir Ângelo Vanhoni para governar o nosso município. Não conseguiu ir nos comícios do interior. Não conseguiu fazer propaganda para os candidatos do interior.

Ora, deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência que foi deputado com o Richa, com o Álvaro Dias, com o Requião, sabia o quanto era importante para um companheiro lá do interior o apoio do governador, como era fundamental. De repente o companheiro se vê numa situação terrível de desviar-se do governador, de tirar o nome do governador de qualquer vinculação, porque o apoio seria triste e penoso.

Quando o ex-governador Richa governou o Paraná, ele conseguiu, com seu prestígio, ajudar a eleger mais de 260 prefeitos do PMDB. Quando o senador Álvaro Dias governou o Paraná, ele ajudou a eleger, com seu prestígio, 256 prefeitos do PMDB. Quando o senador Roberto Requião governou o Paraná, ele, com seu prestígio, ajudou a eleger 184 prefeitos do PMDB, fora os vices. E, hoje, o governador do Paraná, Jaime Lerner, se vê na ridícula posição de observar que apenas 82 prefeitos se elegeram, com seu PFL e mais 40 do PTB, que não foi mérito, com certeza, do governador, mas dos nossos companheiros deputados que aqui estão, que foi mérito das nossas lideranças do interior, 122 prefeitos das pequenas cidades do Paraná, porque nas médias e grandes foram prefeitos da Oposição, prefeitos que não lêem no gíbi do governador Jaime Lerner, a começar por Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá. Maringá é um fato *sui generis*. Os dois candidatos que estão lá não eram apoiados pelo governador. Londrina, a mesma coisa.

Quer dizer, então o governador Jaime Lerner, depois deste fiasco, depois desta tropeçada que deu, deveria ter a humildade de abrir o 3º andar do Palácio Iguaçu e olhar as ruas, ver o que o povo pensa! Ver o que o povo quer! E não com esta mania de grandeza em pensar que tem o “rei na barriga” e ficar por aí dizendo que ganhou a eleição em 80% dos municípios do Paraná!

O político grande é aquele que tem humildade. É aquele que sabe ouvir. E quero dizer, aqui, aos meus colegas deputados...

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, só para que possa me situar, gostaria de saber se a Mesa está fixando pelo horário do cronômetro e se não me falha a memória está com 13 minutos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

O Horário do Grande Expediente é de 30 minutos.

O SR. NEREU MOURA

Às vezes a verdade dói, deputado Caíto Quintana. Por isso é ruim ouvi-la. Mas, é bom que seja escutada.

Como eu dizia, ficar com esta aura de todo poderoso, impecável, o dono da verdade, é na verdade ruim para um político que não tem a humildade de ver, de sentir, de ouvir o que aconteceu. E é esta a postura de quem, infelizmente, governa o Estado do Paraná. É esta a postura de uma pessoa que não tem a sensibilidade política de poder dizer: “eu errei”, “eu não combati o desmando”, “eu permiti que assaltassem o Banestado, o Banestado Leasing”, “eu permiti que assaltassem a Copel e a Prefeitura de Londrina, através do escândalo da Sercomtel”, “eu não fiz”, “eu não apoiei a agricultura”, “eu permiti que não se concedesse aumento ao funcionalismo público do Paraná durante o meu governo”, “eu destruí a educação do Estado do Paraná”.

Era isso que queríamos ouvir de um governo que se fizesse decente, preparado. Confesso, deputado Hermes da Fonseca, confesso que o que eu mais gostaria era de estar aqui usando esse horário para tecer elogios ao governador Jaime Lerner e à sua equipe; infelizmente não posso mentir, não posso falsear a verdade, não posso fazer de conta de ver uma coisa e dizer que é outra, porque esta que é a realidade como disse o deputado Ribas Carli: ‘Coisas seriíssimas estão acontecendo no nosso querido Paraná’.

Então, quero concluir o meu pronunciamento, dizer que não há o que questionar os números da eleição do Paraná, o governo Jaime Lerner foi o grande derrotado. Posso até concordar que o senador Álvaro Dias não saiu bem da eleição, posso até concordar que o senador Roberto Requião não tenha saído bem da eleição, concordo, acho que poderiam ter tido uma participação mais positiva; mas quem é o governador do Paraná, quem é que está no comando do nosso Estado? Não é o senador Álvaro Dias e não é o senador Roberto Requião, é o senhor Jaime Lerner que há seis anos governa o nosso Estado, e a ele que o povo disse: “Não, chega, basta, mude, não queremos assim, é preciso mudar”. Foi este o recado que o povo deu, esta foi a mensagem que o povo deu.

E se não tomarmos cuidado aqui nesta Casa daqui a dois anos este mesmo procedimento ocorrerá aqui e pode vir um tufão de vento e limpar, e mudar também aqui neste Parlamento. Se não ouvirmos o que o povo diz, se não prestarmos atenção no que o povo diz poderemos ser a vítima de amanhã, com o mesmo sentimento que os nossos companheiros tiveram de encontrar a desgraça nas urnas, poderemos estar chorando o leite derramado se não olharmos com carinho o que o povo do Paraná quis dizer com esta mensagem que deu para os políticos do nosso Estado.

Esta que é a grande verdade, também temos que ouvir, também temos que parar e ver, porque não podemos deixar fazer o que estão fazendo no nosso Estado sem que a Assembléia fiscalize, sem que se faça uma CPI aqui séria para investigar, sem que se faça um

procedimento para poder analisar, não podemos deixar dar carta branca como demos até hoje para que o governo fizesse e desfizesse do jeito que quer. Temos que fazer essa reflexão porque senão amanhã será tarde.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Deputado Nereu Moura, acompanhando o seu pronunciamento, gostaria de discordar de algumas colocações de Vossa Excelência com relação a esse pleito eleitoral. E acho que na verdade se formos fazer uma análise muito fria, serena, equilibrada desse pleito eleitoral todos que aqui estamos poderíamos tirar uma grande lição.

Acho que não há nenhum grande vencedor, nenhum partido político, houve sim uma manifestação clara nas urnas de um protesto generalizado de que não prevalecem aqui neste momento, deputado Nereu Moura, nesse pleito eleitoral, posições partidárias. O que acho que deveríamos trabalhar, todos nós, a partir de agora, políticos acima de tudo, é no sentido de buscarmos uma profunda mudança na legislação partidária a nível nacional para que os Partidos realmente possam ter uma vida própria, a sua identidade própria nas bases eleitorais, no interior, na própria Capital, enfim, em todo o Brasil. Este é o trabalho que deveríamos realmente realizar, até porque se formos aqui fazer algumas comparações de quantos prefeitos elegeu o PMDB, quantos elegeu o PTB, o PSDB, acho que seria uma análise que não cabe nesse momento, até porque deputado Nereu Moura, Vossa Excelência é conhecedor de que lá no interior do Sudoeste do Paraná, estivemos em palanques juntos, defendendo candidatos do PMDB, como estive com Vossa Excelência, com o deputado Caíto Quintana, portanto, a vitória não é do PMDB, é dos homens nesse momento, não é de partidos políticos, é uma eleição atípica, diferente, que na verdade prevaleceu a presença do homem no momento oportuno da vida política do município do Estado do Paraná.

Esta é a análise que acho que poderemos fazer de uma forma muito serena, muito equilibrada, que se formos olhar aqui a presença de partidos políticos como iríamos analisar a decisão da eleição de Foz do Iguaçu, onde o senador Álvaro Dias lá esteve, tínhamos aí o próprio companheiro Spada disparado nas pesquisas, de repente uma mudança profunda da última hora, acaba consagrando o ex-deputado Sâmis da Silva. Como vamos analisar Londrina, analisar Maringá, então, é uma situação atípica, diferente do normal e que realmente está claro e evidente de que neste momento não há uma presença partidária forte no Estado do Paraná e nem no Brasil, o que prevalece é a posição de homens nas bases eleitorais que acabaram levando para os palanques apoiantes de diversos deputados estaduais como aconteceu no Sudoeste, a vitória de alguns prefeitos do PMDB não se atribuiu ao partido, mas sim ao apoio. Na minha própria cidade, onde fui prefeito, lá esteve o deputado

Caíto Quintana com o Traiano no palanque, defendendo um homem do PMDB que entendia que era melhor para o meu município, mas não é o partido, esta é a grande verdade, como aconteceu em São Jorge, onde estivemos juntos com Vossa Excelência e tantos outros casos no Paraná. Aqui, a grande maioria dos deputados que aqui estão, como os do próprio PMDB, acabaram apoiando prefeitos de outras siglas partidárias.

É esta análise que temos que fazer, de que realmente o Brasil precisa ser passado a limpo politicamente. Temos uma legislação partidária que contemple os partidos, aí sim nós vamos dizer quem foram os grandes vencedores, até porque, deputado Nereu Moura, é normal e é praxe acontecer isso e vamos viver isso aqui em janeiro. Prefeitos que se elegerem por outras siglas têm uma sede muito grande de poder, de governo.

Já em janeiro, quem sabe muitos prefeitos do PMDB, PSDB, PT, de outros partidos vão, com certeza, buscar alento em alguns parlamentares que são ligados ao governo, porque por mais mal que esteja o governo, o prefeito quer sempre ter um pouquinho de apoio do governo.

Então, acho que esta análise não vale, o que vale sim, é a análise de que temos que repensar politicamente o momento político que estamos vivendo em termos partidários, aí sim, com certeza, vamos poder dizer quem foi o grande vencedor nas próximas eleições.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Traiano, quero agradecer Vossa Excelência o aparte coerente, comedido e que concordo em partes com ele, na primeira parte do seu aparte acho que efetivamente temos que repensar a vida partidária do nosso país, acabar com essa esculhambação que é hoje. Isso eu concordo plenamente, Vossa Excelência está coberto de razão. Agora, ao mesmo tempo que Vossa Excelência fala isso, diz que alguns prefeitos do PMDB, vão sair do partido e vão se aliar com o governo do Estado.

O Sr. Ademar Traiano

Não foi bem isso, deputado Nereu, eu disse que os prefeitos do PMDB vão buscar guarida em parlamentares, aconteceu isso em governos passados, eu vivenciei isso, Vossa Excelência sabe muito bem.

O SR. NEREU MOURA

Tudo bem, deputado Traiano, veja bem, acho até que possa ocorrer isso, nós do PMDB fizemos uma limpa no nosso partido, expulsamos os trânsfugas, os traidores, e se tiver outro caso não pensaremos duas vezes, e o povo não perdoa os traidores, todos os prefeitos que nos traíram foram fragosamente derrotados, inclusive aqui eu quero fazer um parênteses para Guarapuava, Ponta Grossa, o senador Requião apoiou o prefeito de Ponta Grossa, Jocelito Canto, esteve lá o vice-prefeito, era do PMDB, esteve apoiando o prefeito de Ponta Grossa.

O prefeito de Ponta Grossa não pensou duas vezes, e na campanha de 98 apoiou Jaime Lerner. Guarapuava, uma das maiores cidades do Paraná, aonde o PMDB tinha apoiado o prefeito Victor Hugo, foi o prefeito que se manteve leal, com seriedade, que rejeitou o canto da sereia e que ficou firme apoiando o senador Requião para o governo do Estado. Colhemos o que plantamos. Quem planta vento colhe tempestade. Lá na minha região os prefeitos que foram traídos, que não tiveram lealdade, o povo sepultou agora nas urnas. É uma demonstração que o povo não esquece, porque quem apóia não esquece.

O político que trai, vai cair na rede do voto. Tenho experiência lá da minha região.

Os prefeitos que ajudei a eleger a vez passada e que nos traíram, nenhum se reelegeu e aqueles que conseguiram ser candidatos foram apoiar os candidatos que foram derrotados.

Temos aqui vários casos, porque o PMDB na eleição passada elegeu 78 prefeitos e o Jaime Lerner puxou para o seu lado através de convênios que até hoje não cumpriu. Aliás é um dos motivos da derrota desses prefeitos. Até hoje não cumpriu. Apenas 4 ou 5 prefeitos acabaram apoiando o senador Requião.

Temos hoje no Paraná a convicção que elegemos 78 prefeitos, mas são 78 prefeitos sérios que já têm exemplos e que sabem que o povo não perdoa político traidor, o povo não aceita, porque quer decência e o líder tem que mostrar decência, comportamento, ética.

Concordo que não dá para fazer uma análise, deputado Traiano, por partidos. Vossa Excelência está coberto de razão.

Lá em Cianorte, o candidato do PMDB era irmão do deputado Edno Guimarães, Jonas Guimarães. O deputado Edno Guimarães é um dos mais leais deputados deste Parlamento ao governo Jaime Lerner, sempre foi, sua linha e sua postura, nunca titubeou em favor do governo Jaime Lerner aqui nesta Casa. Quer dizer o prefeito é do PFL. Quem que era o candidato do governo?

Então é difícil fazer uma análise partidária.

Estamos vendo a análise que fazemos das cidades médias e grandes, daí dá para fazer a constatação da fragorosa derrota que o governador Jaime Lerner colheu nesta eleição e está colhendo, porque das três cidades do segundo turno, Londrina e Maringá, ele não está presente.

Aqui em Curitiba é uma situação à parte, porque Curitiba é uma cidade com uma extraordinária arrecadação, com um grupo político sedimentado forte, com vertentes em todos os setores da sociedade. Difícil de combater.

Por isso, o deputado Angelo Vanhoni é um verdadeiro herói, orgulho-me de ser companheiro deste deputado, para enfrentar o que ele enfrentou, o poder econômico, o poder administrativo, o poder político, o poder de mídia. É extraordinário ver um companheiro firme, corajoso, fazendo a sua mensagem de partir o coração da sociedade curitibana. Partir a rocha de con-

creto e poder estar aí hoje, em condições de igualdade para ganhar esta eleição.

O povo é inteligente e sabe decidir. Então em Curitiba o PFL está no segundo turno, mas é uma situação ímpar que temos que analisar de forma muito tranquila.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Encerrado o Grande Expediente, consulto a Liderança do PL, PST, PSL, PDT, PT, PMDB, PFL.

(**Declinam**)

PSDB, com o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Evidentemente que após uma eleição como essa, tenho certeza, dura para todos nós que estamos envolvidos em política, sobra alguns rescaldos que hoje observamos aqui e presenciamos a fala do nosso deputado, companheiro Ribas Carli.

Não vou fazer uma análise do pleito eleitoral de 2000, neste momento, mas gostaria de me ater à palavra do deputado Ribas Carli, a quem pessoalmente respeito e tenho muito carinho pela sua pessoa e compreendo, deputado, não tenha dúvida que tem a minha compreensão. Uma disputa é desgastante, ela emocionalmente nos provoca e acho que a forma como convocou a imprensa para que acompanhasse o resultado da viagem do senador Álvaro Dias e, depois, Vossa Excelência mesmo disse que não estava o acusando. Então, foi sem propósito aquela colocação, até porque nas explicações do aparte dado pelo nosso companheiro Beraldin, ele justificou a forma e esclareceu de onde e como foram feitas as despesas, inclusive com cartões de crédito, nove meses e que lá foi. Não existe crime algum de eu estar na companhia de alguém em algum lugar se esta pessoa não é condenada, se essa pessoa não está indiciada, não tem processo, e até porque lá nesta comitiva tinha um primo do deputado, que com certeza faz parte do setor também da construção civil.

Então, Excelência acho que não tinha nenhuma motivação para fazer e convocar a imprensa para que acompanhasse e que pedisse até a Interpol. Ora, interessante, se tiver e pode ter a certeza que o senador Álvaro Dias está aberto nas condições que forem necessárias para apresentar, se questionado, mas com um documento, se questionado com fundamento, compreendo a sua dor, neste momento. Mas, não justifica de forma alguma atacar o senador Álvaro Dias, e não digo mais porque quem fez essa defesa, fez por sinal uma brilhante colocação, foi o deputado Nereu Moura, Vossa Excelência não tem como reclamar do senador Álvaro Dias, do senador Osmar Dias, do senador Roberto Requião, são companheiros do Victor Hugo. Quem está filiado ao nosso partido, mas faltou lá, com certeza, foi o vosso companheiro, o companheiro de Vossa Excelência, que eu gostaria até que ele tivesse estado no palanque dos

meus adversários em Ibiporã, porque tenho certeza o meu grupo não teria perdido por 366 votos se lá tivesse o seu companheiro no palanque dos nosso adversário.

Então, essa é a nossa realidade, hoje, este é o comportamento, não tem por que acusar o Álvaro.

Mas, como eu disse, não vim fazer análise das eleições, mas não poderia deixar de passar aqui o momento para fazer essas colocações. Mas, venho por uma questão que debati, senhor presidente, nos últimos 2 anos e meio foi a questão do Banestado Leasing, foi a questão econômica do nosso Estado, foi o endividamento que o nosso Estado provocou ao ponto de inviabilizar qualquer investimento que o Estado do Paraná possa pretender para o futuro. O Estado do Paraná, hoje, é um Estado sem capacidade de endividamento, sem capacidade de retomada do seu desenvolvimento econômico-social a partir do governo. Não temos capacidade indutora para o desenvolvimento, porque o próprio governo, o próprio setor público, hoje, está quebrado e falta esta condição de aporte para poder fazer o desenvolvimento do nosso Estado. Ontem eu disse, há questão de alguns meses atrás, que no Paraná havia dois “Lalaus” e ninguém falava nada. E que nenhuma medida foi tomada e só seria possível ou só esperasse o governo tomar alguma iniciativa quando o fato fosse veiculado na Globo. Foram as expressões que nós usamos. E, ontem, para tristeza deste parlamentar, porque esta Casa tem responsabilidade quando não fiscaliza, quando não permitiu que fosse aberta uma CPI para apurar a questão do Banestado Leasing, da Banestado Corretora, do próprio conglomerado Banestado, esta Casa tem este compromisso, esta dívida com o Paraná, e ontem na ACAI compareceram dois diretores: a diretora de fiscalização do Banco Central, a doutora Teresa Grossi e o diretor de Finanças Públicas do Banco Central, doutor Eduardo de Freitas.

E, lá, questionado pelo senador Osmar Dias, a doutora Teresa Grossi, respondendo à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, deu o seguinte depoimento: “havia uma quadrilha no Banestado Leasing, nomeada por quem de direito, sendo o contador, que é quem tem direito de nomear os seus diretores”. Esta quadrilha, com certeza, foi responsável por mais de 10% do recurso todo que o Estado do Paraná buscou no Banco Central para tampar parte dos 5 bilhões e 197 milhões, emprestados ao nosso governo. E, pior ainda, mais à frente ela faz a seguinte declaração: “o que encontramos no Banestado Leasing foi estorrecedor, o caso Banestado e o que houve no Banestado Leasing foi das piores coisas que vi, diretores e funcionários se uniram no sentido de retirar recursos”. São expressões textuais da doutora Teresa Grossi. O Banco Central tem responsabilidade de fiscalizar e não para gerir o Banco. Evidentemente a diretora de fiscalização do Banco Central atribuiu a responsabilidade ao Paraná, ao governo do Paraná, e também à diretoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que tem responsabilidade constitucional de fazer o acompanhamento da

fiscalização, pelas inspetorias externas. Assim, as inspetorias do Tribunal de Contas, deputado Nereu Moura, têm responsabilidade neste fato.

O Tribunal de Contas deve, constitucionalmente, estar presente no Estado para acompanhar o desenvolvimento e a aplicação dos recursos públicos. Não conforme acusou aqui o deputado Carli, para fazer daquele órgão um comitê eleitoral. E aqui, vai mais: o Paraná perde. Perde no setor de emprego, no setor de investimento da agricultura. Estamos recém-saídos de duas adversidades atmosféricas: uma seca que atingiu nossa agricultura e em seguida uma geada que arrasou a economia agrária do nosso Estado, entretanto o governo está imobilizado, no sentido de fazer resgatar a nossa economia no setor primário. Entretanto, houve um ralo, houve a roubalheira no Banestado Leasing e ninguém foi punido por este governo. Ninguém teve responsabilidade apurada para que pudéssemos, pelo menos, dormir com tranquilidade e entender que o Estado do Paraná tinha um governo.

Meu tempo está se encerrando, mas quero ceder o aparte ao deputado Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Muito obrigado, nobre deputado José Maria Ferreira. Quero agradecer as suas palavras, sempre que são dirigidas a nós, são com carinho, com respeito, da mesma maneira que tratamos Vossa Excelência.

Mas, eu queria só reafirmar aquilo que disse na tribuna, que não foi acusação que eu fiz, eu relatei um fato, que eu achei que foi um fato pitoresco, quando o senador Álvaro Dias foi em campanha e falou mal do pedágio, dizendo que um dos grandes males do Paraná é o pedágio, que eu era um dos responsáveis pelo pedágio. Então, ele certamente não gosta do pedágio, ele desaprova o pedágio. E o que é pitoresco é que, eu disse isso na tribuna, é que numa festa como foi a virada deste último ano, afinal de contas o ano 2000, e acredito que até as pessoas que estão nascendo hoje, não vão ter oportunidade de ver um novo milênio, quando as pessoas procuraram se cercar daqueles que mais gostam, das pessoas por quem nutrem um maior carinho, em primeiro lugar os familiares, e em segundo lugar certamente os amigos mais próximos, para uma grande confraternização.

Então, isso que causou espécie, veja só, eu não disse que isso era um mal, eu só disse que era algo pitoresco o senador Álvaro Dias ir para Bali, Sidney, Nova Zelândia, entende, ao encontro do ano 2000, acompanhado de um empreiteiro proprietário do pedágio. Citei como fato pitoresco, foi o que eu disse. Se a imprensa quiser verificar se estou ou não relatando a verdade, é só checar com os passaportes, porque o que eu costumo falar, o senhor me conhece, tivemos oportunidades de trabalhar juntos, jamais falo algo que não seja verdadeiro. Então, é muito simples, é só pedir os passaportes. Quem não deve, não teme. Acho que não tem problema nenhum, até porque não é crime ir passar a virada do ano

2000 em Bali junto com os seus amigos. Agora, é um fato pitoresco, acho que todos reconhecem que é um fato pitoresco alguém ir confraternizar com uma pessoa que é proprietária de um negócio que é desaprovado. A minha colocação foi nesse sentido, nobre deputado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Solicito que Vossa Excelência encaminhe para o encerramento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Solicito a Vossa Excelência que conceda ao deputado José Maria Ferreira o horário atribuído às Oposições.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Deputado José Maria passa a usar o horário da Liderança das Oposições.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Muito obrigado, deputado Orlando Pessuti.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, com todo o respeito que tenho pelo deputado José Maria, ele sabe disso, Vossa Excelência, há cinco minutos atrás, disse que por praxe não cederia o horário...

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

De Partido para Partido, nobre deputado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Então, a partir de agora, a Situação pode fornecer horário para qualquer deputado.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sempre pode, deputado Cezar. A Liderança de Situação e a Liderança de Oposição é Liderança do Bloco de Situação e do Bloco de Oposição, não significa que seja exclusivamente dos dois líderes. O que não pode, e não é coisa minha, o presidente adotou, é um Partido ceder horário para um Partido aliado. Agora, o deputado Valdir Rossoni tem total liberdade de ceder o horário da Liderança da situação para qualquer deputado do Bloco de Situação, quanto o deputado Pessuti para qualquer um do Bloco de Oposição, porque não é do Partido, é da Situação e da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de dizer a Vossa Excelência que em nenhum momento, depois que o deputado Nelson Justus adotou este critério, o horário da Liderança do Governo foi cedido a outro parlamentar, a não ser ao Líder do Governo. Agora, se Vossa Excelência vai adotar este critério, então temos que saber de que quando o deputado Caíto Quintana preside, será adotado

esse critério; quando o deputado Nelson Justus vai presidir, será adotado outro critério. Isso é importante que seja ressaltado. Respeito a sua decisão, mas não é a decisão do deputado Nelson Justus.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Pessoalmente, entendo que está existindo um equívoco do deputado Valdir Rossoni. O que foi estabelecido pelo deputado Nelson Justus é que o Partido do PMDB não pode ceder o seu horário para deputados que não sejam do PMDB, não tem mais esta prática de um Partido ceder horário para outro. Mas, qualquer deputado da Bancada da Oposição pode utilizar o horário das Lideranças das Oposições, como qualquer deputado do governo pode usar o horário da Liderança do Governo.

Esta é a prática do deputado Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Exatamente, senhor deputado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, eu solicitaria, como está sendo levado com muito rigor a questão do horário, que o senhor zerasse o meu horário, que tem dois minutos e trinta e nove segundos que estão sendo...

Muito obrigado.

Deputado Ribas Carli, só para concluir aquilo que Vossa Excelência colocou, que quem coloca com tanta ênfase como Vossa Excelência fez, evidentemente que tinha uma acusação e que quem pudesse estar pagando a passagem do senador Álvaro Dias e as despesas, seria o pedágio. O fato de ir numa excursão, você não escolhe com quem vai na excursão. Era uma excursão de 19 pessoas e seus familiares e portanto você não escolhe. Esse era o único esclarecimento que eu queria deixar.

Mas quero dizer mais a respeito do Banestado. Fiz apenas uma interrupção desde que o Líder das Oposições nos cedeu o horário. Queremos continuar a dizer que é hora de repensarmos. A Assembléia Legislativa tem um momento de ouro na mão ainda, para procurar junto com a Liderança do Governo, membros que compõem a Liderança do Governo, a sua Bancada, tentar provocar o adiamento do dia 17 de outubro.

Ora, não estamos vendendo um Banco por 404 milhões de reais, aonde o próprio governo foi tomar o empréstimo de mais de 5 bilhões, fora aquilo que já havia colocado antes, e estamos entregando, sem uma grande análise, sem uma grande discussão. Há quanto tempo o Banespa vem fazendo a discussão da privatização, há quanto tempo o Banespa vem no processo desta privatização, e mais, estamos no momento de calendário extremamente inoportuno para a privatização do Banestado.

O Banespa tem a data marcada para o seu leilão para o dia 20 de novembro de 2000. O Banestado, dia 17 de outubro. Os grupos que se interessam pelas duas instituições são os mesmos, e se ficarmos com a data do

Banestado antecipada à do Banespa, evidentemente que teremos prejuízo e poderemos, se lançado mais à frente, obter o interesse daqueles que não tiveram sucesso no Banespa e aí estaremos fazendo um leilão para o Estado do Paraná, e melhor para a economia do nosso Estado. Estaremos defendendo a economia do Paraná.

Não sei por que tanta resistência do governo do Estado, não sei porque tanta resistência inexplicável e sem justificativa do próprio secretário Giovani Gionédís, de não alterar esta data de privatização, porque terá que pagar 14 milhões por mês? Ora, isso, diante do ganho que poderá acontecer é irrisório, são irrisórios os 14 milhões que teria que pagar de multa. Só na correção que o Tribunal de Contas, o TCU fez na avaliação do Banespa, deu uma diferença de 1 bilhão, e com certeza, poderíamos ter encontrado algumas diferenças, e especialmente o crédito no valor de 1 bilhão e 600, que hoje na imprensa o secretário Giovani Gionédís afirma que quem sabe o valor desse crédito é a instituição que vai adquirir.

Ora, é muito tranquilo, as instituições não estão sendo colocadas no fundo econômico da instituição. O crédito tributário só vem em benefício das instituições, que haverão de ter interesse pelo Banestado.

Não pode isso acontecer aos olhos da Assembléia Legislativa, sem que tomemos uma iniciativa. Isso não pode acontecer, sem que apuremos a responsabilidade de que lá tinha uma quadrilha. Isso não sou eu que digo, afirmei isso anteriormente, mas hoje quem diz é quem tem autoridade, inclusive institucional, para falar sobre isso, que é a diretora de fiscalização, doutora Tereza Grossi, e vamos continuar passivos, sem ter reação para um quadro desses?

Ora, o governo não pode impor este comportamento à Assembléia Legislativa, senhor presidente, o governo tem já as suas responsabilidades que transcendem à questão administrativa e que hoje, já têm envolvimento e implicância na própria ação política.

Os senhores deputados hoje, sentiram o peso dessa situação de apoio ao governo. É hora de a Assembléia Legislativa tomar uma iniciativa.

Senhor presidente, aqui há de vir, estudar um ato desta Casa e submeter ao Plenário, de sustar o leilão do Banestado no dia 17, até que fosse apurada e responsabilizada a quadrilha, que acusa aqui à Tereza Grossi, que tomou conta e assaltou o banestado Leasing. A partir daí então esta Casa teria cumprido o seu papel. Se fizermos um ato impedindo a venda e o leilão do banestado, até que se apure a responsabilidade que têm aqueles que foram responsáveis, aí esta Casa cumpriu o seu papel institucional e cumpriu o seu papel com relação ao Paraná e aos futuros paranaenses.

Senhores deputados, sem nenhuma acusação, um apelo. Faço esse apelo ao Líder do Governo, que gestione junto ao secretário da Fazenda e ao governo, para que tenhamos adiado este leilão do dia 17, porque ele tem duas implicâncias. Ele tem a implicância do valor econômico, que vai ser prejudicado num leilão. Porque

depois vir e dizer que o Banestado foi leiloado por 700 milhões e que teve um ágio de 70% é beleza. Só o crédito que não foi colocado dentro do valor econômico do banco, já é mais suficiente do que isto. Não é justificativa para lá na frente argumentarmos isso.

Quero que faça registro desses fatos e que a imprensa registre, porque isso vai acontecer. Vai vir aqui por 7000 milhões de reais e vai dizer. “Tivemos um ágio de 70%”.

Não é isso, são valores que estão embutidos dentro do crédito tributário, que no banco a avaliação não fez. E não adianta dizer, como disse o secretário aqui: “que foi o levantamento feito por duas instituições respeitáveis de âmbito internacional”.

Ora, quem fez a do Banesp foram duas “instituições respeitáveis”, só que tinha um erro afirmado pelo Tribunal de Contas da União de infante juvenil, de um milhão. Com certeza teremos esta mesma dificuldade dentro do Banestado, porque o valor é irrisório, não corresponde ao valor econômico e a importância desta instituição, para o Paraná, para a economia e para o futuro dos paranaenses.

Senhor presidente, fica aqui então o nosso apelo ao Líder do Governo e apelo à Mesa que estude a possibilidade de um ato impedindo que o governo do Estado possa realizar o leilão no dia 17 de outubro de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Horário da Liderança da Oposição, consulto a Liderança do Governo, o deputado Valdir Rossoni usará da palavra por 10 minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, entraria aqui na questão de responder o deputado Nereu Moura, mas vou dar uma resposta porque acho muito pobre de quem ganhou ou perdeu as eleições. O único que não poderia estar fazendo discurso da Tribuna é o Líder do PMDB, porque o partido não está presente no segundo turno de Londrina, Curitiba e Maringá.

Na verdade não temos o que discutir, porque quando o deputado Nereu Moura faz uso da tribuna, ele usa diversos partidos políticos e canta como se a vitória do PT, fosse uma vitória dele. Parece que trocou de candidato, deputado Nereu Moura, porque o seu candidato, diga-se de passagem, somando-se os dois candidatos, Requião, somando-se os dois deu 11%. O nosso candidato fez 43%. Se na minha matemática estiver errado, gostaria que Vossa excelência me corrigisse, quatro vezes mais votos do que a família Requião fez em Curitiba.

Então, fica extremamente delicado discutir essa questão com alguém que não faz parte do 2º turno, faz um quarto dos votos em Curitiba e uma hora usa o PT, outra hora usa o PSDB, na outra hora usa até o PFL e daqui a pouco você não sabe mais qual é a linha de discurso para provar de quem é a vitória. A grande verdade é a seguinte, a mensagem que veio das urnas não veio só ao

Requião, ao Lerner ou ao Álvaro Dias, a mensagem do Requião veio a nós, deputados, para que tomemos as atitudes quanto à questão do Tribunal de Contas, senão seremos massacrados nas eleições municipais, porque o que o deputado Carli falou aqui do Tribunal de Contas é verdadeiro.

O conselheiro do Tribunal de Contas tem rádio, tem jornal e quem é o prefeito, me desculpem a expressão, prefeitinho que não se curva perante a um Conselheiro do Tribunal de Contas na hora em que ele chega e exige dinheiro para o seu jornal e para a sua rádio. Essa é a grande verdade. Não vamos discutir quem vai vencer as eleições, porque se formos discutir quem venceu as eleições, podia citar aqui que o Requião nunca elegeu sucessor, que o Requião perdeu duas eleições para o Lerner, perdeu quatro eleições em Curitiba. Então, vamos discutir como é que vamos ter uma eleição daqui a dois anos mais democrática, onde os poderes não possam interferir em outros poderes. Na hora em que temos eleições municipais, tem que ser respeitado o poder municipal. A hora que tivermos as eleições de deputados, que Conselheiro do Tribunal de Contas não possa fazer uso do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar a esta Casa, e não temos autoridades para colocá-los no lugar.

É uma das coisas que me pergunto desde dos tempos do falecido Aníbal Khury. Muitas reuniões tivemos nesta Casa e sempre se disse que contrataríamos um advogado de alto quilate e que estudaríamos uma legislação para colocarmos o Tribunal de Contas no seu devido lugar, para ele exercer o seu papel, e não exorbitar do seu poder. Mas, infelizmente, até o presente momento, que sirva de alerta aos deputados, que sirva de alerta ao presidente da Assembléia Legislativa e que sirva de alerta a nós que estamos aqui discutindo essa discussão pobre de quem foi derrotado, de quem foi o vitorioso. Mas, vamos atrás da verdadeira democracia, porque quando acontece um caso como este, na verdade, não está acontecendo a democracia.

E tem mais uma questão que tem que ser ressaltada aqui: tem promotores no interior que são verdadeiros semi-deuses estão acima do bem e do mal, juizes acima do bem e do mal que tomam atitudes e ninguém regulariza isso, ninguém fiscaliza isso. Olha, tenho uma situação numa cidade onde 15 adversários nossos, inteligentes, fizeram a denúncia, invadiram a casa do pai do prefeito, com 72 anos, a mãe com 72 anos de idade, invadiram 15 casas de companheiros meus, não acharam um canivete em nenhuma casa, e foram denunciados por terem drogas, um arsenal de armas e encontraram de 16 casas, encontraram em uma casa um revólver, e esse cidadão ficou preso mais de uma semana até após as eleições. E quem vai chamar agora esse juiz para prestar contas à justiça pela ação que ele teve, ou qual é o cidadão paranaense que não tem, principalmente o cidadão do interior que não tem um revólver na sua casa? E aquele casal de velhinhos, de 72 anos de idade, que invadiram a casa, desmontaram a casa deles, pisaram nos lençóis, no

acolchoado, na cama daquele casal de velhinhos, iguais aos meus pais? Que justiça é essa?

Vamos parar de discutir quem ganhou as eleições. Ganhe quem ganhar, em Curitiba. Vamos cumprir o nosso papel. Está aqui nosso grande vice-prefeito, Beto Richa, vamos, Beto, nós seus companheiros, vamos para a rua, vamos lutar contra o PT bravamente. Eles que lutem com as ferramentas que têm que vamos lutar com a nossa. Eu disse há pouco: quem conhece o PT não vota no PT! Nos municípios administrados pelo PT, está lá União da Vitória. Foram quatro anos. Isso é que nem varicela: dá e passa! Nunca mais volta. Beto, seus companheiros estarão com você, junto com o Cássio. Vamos lutar e se perdermos as eleições estaremos aqui homenageando quem ganhou, assumindo a derrota. Se vencermos, queremos ser respeitados. E que as palavras do deputado José Maria sirvam, também, já que ele quer que sirvam ao Requião, ao Álvaro Dias, que sirvam também ao governador Jaime Lerner.

O deputado José Maria pediu que não pode imputar a uma viagem do senador qualquer dúvida. Quero dizer ao senhores que esta regra tem que ser adotada quanto ao governador Jaimer Lerner. Imputam ao governador Jaime Lerner ações e atitudes que não são do governador Jaime Lerner. Todos sabemos que hoje, se temos um Banestado sendo privatizado, não é culpa, apenas, do governador Jaime Lerner. E Vossas Excelências sabem, mas escondem isso atrás da cortina, colocam um lençol na frente e não querem enxergar. Porque é muito mais fácil falar que a culpa é do governador Jaime Lerner.

A questão do pedágio e das rodovias: todas as rodovias são federais e se não tivéssemos assumido estas rodovias federais, estaríamos sem estradas, no Paraná. E sabemos disso. Isto está acontecendo no Brasil inteiro. E queremos o desenvolvimento para o nosso Estado.

Também disse, ontem, aquela diretora do Banco Central que era instalada uma quadrilha dentro do Banestado. E é verdade.

Prova disso é que o governador determinou a sindicância. Houve quebra de sigilo bancário. Foi entregue ao Ministério Público. No momento exato, lá, quando houve a denúncia, foram tomadas todas as atitudes necessárias para que as pessoas fossem punidas. Cabe ao Ministério Público, agora, colocá-las na cadeia. Se é 76, se é 24, se é 35, não me interessa a quantia de pessoas. O que me interessa é que vão para a cadeia. Porque quando nós as colocamos no Banestado Leasing, não colocamos para roubar. E se roubaram, que vão para a cadeia! Nós não acobertamos este tipo de pessoa.

E também disse muito bem o diretor do Banco Central, ontem, lá no Senado: quanto à privatização do Banestado não há nenhuma irregularidade. Todos os procedimentos são legais e corretos. Nada pode impedir a privatização do Banestado. Não somos nós quem queremos privatizar o Banestado. É o longo da história que levou o Banestado a esta situação, minha gente, meus caros deputados! E isto não aconteceu apenas no Paraná.

Aconteceu em todos os Estados brasileiros. Cantava Santa Catarina dizendo que o BESC não estava falido. Está falido!

Concluindo, senhor presidente, que a regra do jogo, que serve para os senadores Álvaro Dias e Requião, que sirva também ao governador Jaime Lerner, por uma questão de respeito. Ele é governador deste Estado e acredito que se tem usado um linguajar que não é o linguajar correto para se tratar um governador do Estado. Um homem que nós, que conhecemos sua intimidade, sua simplicidade, sua humildade, não podemos aceitar este tipo de palavras contra o nosso governador Jaime Lerner. Ele vai ter sempre seus companheiros do seu lado, porque ele nos ganha pela sua grande virtude, que falta a muitos políticos, que é a humildade.

Muito obrigado. Era isso. Agradeço os minutos que Vossa Excelência me concedeu a mais.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Antes da votação da pauta, senhores deputados, apenas para justificar, espero que isso fique claro para todos nós, nas sessões futuras o artigo 90 do nosso Regimento Interno, que está sendo alterado inclusive por ser defasado, diz no parágrafo 3º: “aos líderes da bancada é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra”. Cabe, portanto, isso para a Liderança da Oposição e do governo também. “Ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes o uso da palavra, ou indicação do membro da bancada. Na falta do líder e dos vice-líderes o mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que trata o parágrafo anterior”.

Então, acho que se tratarmos isso sempre nesse critério, não haverá nenhum tipo de constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando licença de 30 (trinta) dias a contar desta data, para tratar

de assuntos de interesse particular. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/98, de autoria do deputado Cesar Seleme, que dispõe sobre a prevenção da fibrose cística e atendimento aos portadores de mucoviscidose. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.S.P.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que determina que o sistema oficial de ensino do Paraná passe a contar com a disciplina "Educação em Valores Humanos". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E. E C.D.H.. COM EMENDA DA C.C.J.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar o núcleo regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família com sede em dois vizinhos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.D.H.. COM EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. À EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/2000, de autoria do deputado Beraldin, que proíbe o corte da Araucária Angustifolia "Pinheiro do Paraná", por um período de 10 (dez) anos, em todo o território estadual. COM PARE-

CER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.A.I.C.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Não recebido pela Mesa.**

O SR. BERARDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados, o projeto de lei que ora discutimos é um projeto que visa sustar o corte de pinheiros nativos, pinheiro símbolo do Estado do Paraná, por dez anos. Pretendemos isso para recuperar parte da história do Estado, visto que hoje temos apenas 5% de floresta nativa de pinheiro. E queria pedir ao líder do Governo que retirasse o seu pedido de retirar o projeto por dez sessões, porque não vejo razões. Primeiro, que o projeto passou nas comissões, sofreu substitutivo geral por parte do deputado Nereu Moura, que também agrega mais aí outras madeiras nativas como a canela, o imbú, e outras madeiras nobres do Estado do Paraná.

Então, acho que adiar essa discussão, não estamos aqui, - líder do Governo, Rossoni -, proibindo o corte de madeira de reflorestamento, não estamos aqui evidentemente proibindo aquela madeira plantada, que é o reflorestamento, portanto não vamos atrapalhar nada o crescimento, ou não sofrer solução de continuidade os madeireiros do Estado do Paraná, vamos apenas preservar a nossa floresta nativa, a fim de que possamos recuperar a nossa história, e olha o governo Jaime Lerner tem pregado de toda sorte sua vocação ecológica, e este projeto foi para a Secretaria do Meio Ambiente, sofreu parecer favorável, então não vejo razões para adiarmos uma discussão que acho que é de fundamental importância para o Estado do Paraná.

Apelo ao líder do Governo para que não insista nessa sua vontade em retirar o projeto porque estaremos adiando uma matéria que estamos perfeitamente aptos para analisá-la no dia de hoje.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o motivo que me faz entrar com requerimento e retirar por 10 sessões é porque recebemos várias sugestões de Emendas a este projeto, estamos fazendo um estudo, votamos no dia de ontem, esperávamos que não estivesse hoje na Ordem do Dia, mas está, e estamos entrando com esse requerimento para termos um tempo para estudar as sugestões que têm nos chegado do setor e principalmente da região que representamos para que não venha em prejuízo às pessoas que trabalham nesse meio e nem à questão ecológica.

Quanto a questão que o deputado Beraldin ressalta de que o governador é uma pessoa que defende muito a questão ecológica também concordo com ele, porque

temos um programa chamado “Florestas Municipais” que tem se transformado num programa de sucesso no Estado do Paraná. Mas este projeto, se não fizermos uma regulamentação correta estaremos trazendo prejuízos ao próprio programa de reflorestamento no Estado do Paraná, porque não podemos comparar todas as regiões do Estado, como a região sul e a região sudoeste, porque são regiões totalmente diferentes.

E nós hoje para reflorestarmos na região sul, temos que ter um critério, e por isso, porque não ter uma conclusão desse projeto, não ter ainda, ser conclusivo o meu pensamento, e as sugestões que recebi, estou pedindo a retirada e peço aos meus companheiros que votemos pela retirada para que possamos fazer este estudo e aí, se necessário, emendar este projeto para que não traga prejuízo a nenhuma das partes.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Consulto Vossa Excelência se o requerimento apresentado encontra respaldo regimental em vista que o projeto encontra-se em Regime de Urgência, se caberia a retirada nessa fase de discussão ou se aplica esta regra só quando está em regime de votação.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Segundo a informação da Assessoria...

O SR. CEZAR SILVESTRI

Só uma informação, senhor presidente, este projeto passou na Comissão de Meio Ambiente?

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Pela informação que tenho aqui o projeto não passou na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Acho que não tem como aprovarmos um projeto que envolve diretamente o meio ambiente, sem passar na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Ontem, fizemos um acordo com o deputado Rossoni, de tirar esse projeto da pauta de hoje, senhor presidente. Foi aprovado ontem pela constitucionalidade. Eu também acho que o projeto, pela sua envergadura, necessita de um debate bem maior, envolvendo todos os setores que têm interesse nessa lei. Por isso que tínhamos feito um acordo de postergar a aprovação ou a rejeição deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

A Mesa decide pela seguinte questão: na verdade, o projeto com Regime de Urgência, não poderíamos retirá-lo da Ordem do Dia, através do seu requerimento.

Então, a Mesa deixa de receber o requerimento. No entanto, encaminha este projeto à Comissão de Meio Ambiente, no qual ele não passou por 48 horas, e na

Comissão de Agricultura que também não passou. O projeto está retirado, solicito que seja encaminhado para a Comissão de Meio Ambiente, por 48 horas e posteriormente à Comissão de Agricultura.

Pela Ordem, o deputado Beraldin.

O SR. BERARDIN (Pela Ordem)

O que se constata efetivamente, que a Casa, quando recebe um projeto de lei, não tramita dentro do seu prazo regimental em todas as Comissões, há uma incompetência absoluta no zelo do Regimento Interno. Não pode passar um projeto, há tanto tempo aqui na Casa, passar na Comissão de Constituição e Justiça, receber Substitutivo Geral aprovado, debatido na Comissão, e ele não ter tramitado no seu prazo regulamentar.

Então, o que a Casa está fazendo hoje, eu faço a *mea culpa*, temos que acabar com esse tipo de coisa aqui na Casa. É preciso que os processos tramitem dentro do regimento normal nesta Casa, e que venha ao Plenário quando estiver competente para ser analisado.

Chamo a atenção não só dos senhores deputados, mas dos funcionários desta Casa também, porque isso não pode acontecer. Vamos dar um ritmo diferente a partir de agora. Espero que Vossa Excelência e o nosso presidente Nelson Justus façam com que esse tipo de coisa não aconteça mais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Entendo Vossa Excelência, deputado Beraldin, e aliás essa é uma das razões dessa reforma do Regimento Interno que estamos fazendo, mas asseguro a Vossa Excelência, que embora não estejamos na presidência, estaremos vigilante para que os prazos da Comissão de Meio Ambiente e da Agricultura sejam cumpridos após esta retirada.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que estabelece critérios para participação de empresas em certame licitatório no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. nº 24, de 12.04.99)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 165/99**

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Irineu Colombo, o presente projeto estabelece critérios para participação de empresas em certame licitatório no Estado do Paraná.

Fundamentação

Os incisos citados no artigo 7º da Constituição Federal, tratam de direitos sociais, especificamente com relação às proibições de qualquer tipo de discriminação e

do trabalho do menor de 14 anos ou de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre. Estas mesmas disposições são encontradas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

Igualmente, os incisos I, II e III, do artigo 227, da Magna Carta, tratam dos direitos especiais referentes à criança e ao adolescente, quanto aos direitos previdenciários e trabalhistas assim como o direito ao acesso escolar enquanto trabalhador.

Conclusão

Ao analisar o projeto, entendemos a necessidade de apresentar Emenda Corretiva ao artigo 2º, com o propósito de clarear a real intenção de seu legislador.

Assim sendo, é o nosso Parecer Favorável, com a Emenda Corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 165/99

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 165/99, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - As empresas participantes do processo licitatório terão o prazo de 06 (seis) meses, prorrogável unicamente por igual prazo, para se adequarem às exigências presentes e solucionar suas pendências judiciais no âmbito trabalhista e previdenciário, relacionados ao objeto desta lei”.

Sala das Comissões, em 11.05.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoiamento:

Carlos Simões.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 165/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Irineu Colombo, objetiva estabelecer critérios para participação de empresas em certame licitatório no Estado do Paraná.

Sobre a matéria, observamos a existência do pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Este relator comunica o recebimento do Ofício nº 096/99, do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, onde a Procuradoria nos sinaliza com Parecer Favorável em relação à matéria em questão.

No entanto, para maior clareza e segurança quanto ao respeito aos objetivos perseguidos, nos sugere nova redação ao parágrafo único do artigo 1º, conforme emenda anexa.

Também em razão das alterações provocadas pela Emenda Constitucional nº 20, o primeiro parágrafo da justificativa deveria guardar a seguinte redação:

“Este projeto de lei visa vedar o trabalho de menores de 16 anos e regularizar a inserção de adolescentes de 16 a 18 anos no mercado de trabalho, excluindo de concorrências públicas empresas que exploram o trabalho infantil e desrespeitam a observância dos artigos 7º, incisos XXX, XXXIII e 227, § 3º e incisos I, II e III da Constituição da República”.

Desta forma, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação, com a inclusão da emenda anexa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA PROJETO DE LEI Nº 165/99

Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º do Projeto de Lei nº 165/99, que passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

“Parágrafo Único - A documentação relativa à comprovação do dispositivo do *caput* consistirá de prova de situação regular perante o Ministério do Trabalho, cuja certidão fornecida especificará a data que os fiscais efetuaram a inspeção atentando à regularidade”.

Sala das Comissões, em 05.04.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 165/99

P A R E C E R :

De autoria do ilustre deputado Irineu Colombo, o projeto de lei em questão objetiva estabelecer critérios para participação de empresas em certame licitatório no Estado do Paraná.

Ao passar pela análise da Comissão de Constituição e Justiça, a matéria veio a receber Parecer Favorável, nos termos da emenda corretiva apresentada e que se encontra anexada ao mesmo.

A Comissão de Finanças, ao se pronunciar sobre o assunto, veio a fazê-lo favoravelmente, opinando pela sua aprovação, com a inclusão de emenda aditiva ao artigo 1º, parágrafo único da presente poposta, dando assim maior clareza e segurança quanto aos objetivos ora perseguidos.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao ser chamada a opinar, em conformidade como artigo 33, § 6º do Regimento Interno vem a fazê-lo, seguindo o entendimento das comissões supraci-

tadas, opinando pela aprovação da presente, emitindo pois Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.2000.

(aa) EDSO STRAPASSON - Presidente

PASTOR EDSO PRACZYK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Retiro o requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devido a retirada do requerimento pelo autor, o projeto passa para discussão, encerrada a discussão, votação.

Os deputados que apoiam o Projeto de Lei nº 165/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de ônibus intermunicipais concederem desconto de 30% no valor total dos bilhetes de passagens para idosos acima de 65 anos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.O.P.T.C.. COM EMENDA DA C.C.J.. (**Publ. no D.A. nº 54, de 24.05.99**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 265/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei do eminente deputado Pastor Edson Praczyk visa conceder desconto de 30% (trinta por cento) no valor das passagens para idosos acima de 65 anos.

O projeto se enquadra entre as atribuições deste Poder, entretanto, a redação e a forma legislativa requerem melhor adequação com a boa técnica legislativa a ser levada em consideração pela Comissão de Redação. Assim e para adequar minimamente o texto à técnica legislativa apresento a seguinte Emenda Corretiva:

a) o artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - As empresas de ônibus de linhas intermunicipais concederão desconto de 30% (trinta por cento) no valor da passagem para idosos acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.”

b) Suprima-se os artigos 9º e 10 para dizer:

“Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sob os aspectos de abrangência desta comissão nada há que impeça a regular tramitação do projeto de lei, ressalvadas as emendas indicadas no texto do parecer.

Voto Favorável.

Sala das Comissões, em 23.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 265/99

“Art. 1º - As empresas de ônibus de linhas intermunicipais concederão desconto de 30% (trinta por cento) no valor da passagem para idosos acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade.”

c) Suprima-se os artigos 9º e 10 para dizer:

“Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Comissões, em 23.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Antonio Carlos Belinati e Durval Amaral.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 265/99

P A R E C E R :

Para análise desta comissão o presente Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de ônibus intermunicipais concederem desconto de 30% no valor total dos bilhetes de passagens para idosos acima dos 65 anos.

Ressalte-se que a medida contida no referido projeto de lei pode vir a encarecer o valor dos bilhetes para os demais usuários, pois as empresas do setor, como é de praxe, devem incorporar este desconto à sua planilha de custos. No entanto, por ser uma medida de caráter social, que vem beneficiar aos cidadãos da terceira idade, que vêm enfrentando grandes dificuldades de sobrevivência, e tendo recebido Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou nenhum óbice quanto à constitucionalidade e legalidade do presente projeto, nosso Parecer é Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.06.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 265/99

P A R E C E R :

Para análise desta comissão o presente Projeto de Lei nº 265/99, de autoria do deputado Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de ônibus intermunicipais concederem desconto de 30% no valor total dos bilhetes de passagens para idosos acima dos 65 anos.

Por ser uma medida de caráter social, que visa beneficiar aos cidadãos da terceira idade, que vêm enfrentando grandes dificuldades de sobrevivência, e tendo recebido Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou nenhum óbice quanto à constitucionalidade e legalidade do presente projeto, nosso Parecer é Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.09.99.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
PÉRICLES MELLO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 265/99.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a instituir a obrigatoriedade de adaptação dos hotéis do Estado do Paraná, para atender necessidades dos deficientes físicos e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (**Publ. no D.A. nº 172, de 22.11.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 592/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Divanir Braz Palma, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir a obrigatoriedade de adaptação dos hotéis do Estado do Paraná, para atender necessidades dos deficientes físicos.

Fundamentação

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nenhum óbice para a tramitação deste projeto de lei nesta Casa. A proposição está amparada na Constituição Federal, principalmente no § 2º, do artigo 227.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 592/99.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, requerimento nº 1829, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1831, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1832 a 1835, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1836 e 1837, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1842 e 1843, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1847, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1848, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Convido a todos os senhores parlamentares a comparecerem na sala da presidência, após a sessão, para o lançamento do Jornal da Assembléia Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 526 e 567/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de lei nºs 486/99; 053, 244, 250 e 312/2000.

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA

**REALIZADA EM
05 DE OUTUBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Pastor Edson Praczyk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1849

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excentíssimo senhor Giovani Gionédis, secretário de Estado da Fazenda, solicitando cópia da avaliação econômica financeira do Banestado elaborada pelos Bancos Fator e CCF.

Sala das Sessões, em 05.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento diz respeito ao não esclarecimento à sociedade sobre o valor mínimo de R\$434 milhões ser inferior ao valor do patrimônio líquido do banco e insignificativo diante do montante de R\$ 5,1 bilhões, necessários para o saneamento da instituição, além de outros ativos não considerados.

Para termos estes processos esclarecidos não só a este deputado, mas a todo o povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Beraldin.

O SR. BERARDIN

Senhor presidente e senhores deputados. Ontem discutíamos, aqui, e acabou sendo retirada da Ordem do Dia uma lei que visa a proibição de pinheiros nativos e objetiva, naturalmente diminuir o corte dos pinheiros no Estado do Paraná, visto que num passado recente 50% da nossa floresta era de pinheiros. Hoje, temos apenas 4%. Pois bem, a lei foi retirada porque ainda não tinha passado na Comissão do Meio Ambiente. Aliás, a Comissão de Meio Ambiente desta Casa tem que começar a se reunir, porque infelizmente temos visto que muitos projetos têm sofrido solução de continuidade por falta de reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Mas, meus caros colegas, na próxima semana, já falei com o presidente Nelson Justus, ele colocará na pauta de votação um projeto, também, de nossa autoria, que visa a geração de empregos exatamente nos municípios que têm área de preservação ambiental. A nossa lei do ICMS Ecológico beneficiou os municípios que têm uma determinada área de preservação ambiental. Beneficiou com uma contrapartida financeira. E, agora, queremos criar os distritos industriais ecológicos, a fim de que possamos levar indústrias não poluentes perto do cidadão que mora na área de preservação ambiental. Temos que compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental. Vou citar um exemplo da Região Metropolitana de Curitiba. A lei federal, estadual ou municipal abrange, por exemplo, em Piraquara, uma grande área do território municipal, área de preservação ambiental. Muito bem, mas na região de Piraquara, por exemplo, moram 50 mil pessoas. E temos que levar emprego perto daquelas pessoas para melhorar a qualidade de vida da população. Sabemos que a população precisa de emprego. E o emprego mais próximo da casa, vamos evitar um stress muito grande no transporte. E é possível levar indústrias que não sejam poluentes, por exemplo, uma fábrica de móveis e tantas outras, de régua, de lápis, quantas empresas não poluentes poderiam se instalar lá naquela região.

A nossa sugestão, do nosso projeto, é que por 10 anos estas empresas não poluentes que se instalem em região de área de preservação ambiental, terão isenção fiscal. Este é o grande objetivo. Localizarmos as determinadas áreas, direcionadas pelo IAP, que pelo projeto tem a incumbência de identificar as empresas não poluentes e as áreas que podem ser instaladas, com isenção fiscal, retirando talvez algumas empresas de Curitiba que estão hoje pagando altos aluguéis e grandes dificuldades financeiras para gerar empregos mais perto do cidadão de Colombo, por exemplo, que mora numa área de preservação ambiental, levando estas empresas não poluentes. É uma idéia que espero poder discutir, na próxima semana, aqui na Casa e tenho certeza que há, por parte dos deputados, especialmente os deputados metropolitanos, esta clareza, que temos que gerar empregos. E gerar empregos e levar a empresa mais perto do trabalhador e isso vai melhorar a qualidade de vida da nossa população da região metropolitana.

Olha, a região metropolitana tem que ser olhada com os olhos muito abertos pelos deputados da nossa região. Nós temos que, no próximo governo municipal, interferir junto à prefeitura de Curitiba e os municípios metropolitanos, a integração efetiva nas áreas do transporte, da educação, da saúde, da segurança pública. Já foi votado aqui na Assembléia, a coleta do lixo, por exemplo, porque cada prefeitura tem que licitar a coleta do seu lixo se podemos licitar a coleta do lixo, na região metropolitana, como um todo, barateando custos, diminuindo custos, e naturalmente, quando se diminui custos quem ganha é o cidadão!

Por isso nós que estamos aqui, na Assembléia Legislativa, eleitos pela região metropolitana, temos que nos colocar à disposição dos prefeitos para encontrarmos soluções que sejam soluções integradas, porque não podemos pensar numa Curitiba grande sem antes pensar numa grande Curitiba, até porque, se olharmos de cima, aqui é uma cidade só, os problemas são comuns e naturalmente têm que ser tratados de forma integrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados aqui presentes, senhoras.

Volto, mais uma vez, à questão do Banestado, na forma de um requerimento que apresento a este Plenário através da Mesa Executiva, no sentido que possamos conhecer a avaliação econômico-financeira realizada pelos bancos Fator e CCF, contratados pelo Estado ou pelo próprio Banestado para executar este trabalho de avaliação. Ora e por que, senhores deputados, desta informação? Nós, o Estado do Paraná solicitou empréstimo de 5 bilhões e 197 milhões ao Banco Central. Estamos com um preço mínimo para leilão, na ordem de 434 milhões

de reais. E um patrimônio líquido que ascende a um valor acima de 500 milhões de reais.

Ora, temos, senhor presidente, uma defasagem entre o preço mínimo e o valor patrimonial do banco que carece esta Casa conhecer e por isso é que estamos, diante deste Plenário, oferecendo um requerimento para aprovação.

E diria mais, a não aprovação de requerimentos e de informações e a incapacidade de fiscalização que se transforma, em parte, esta Assembléia é que tem gerado problemas no Banestado e em outras instituições, em outras ações do governo. Por isso espero ver aprovado este requerimento para que a Assembléia possa conhecer, possa ter dados e informações, não como Bancada de Governo mas como instituição. Eu até neste momento interrogo, com a sua permissão, senhor presidente, se a Assembléia, por algum dos seus órgãos ou alguma das suas comissões permanentes recebeu o trabalho de avaliação econômico-financeiro realizado no Banestado por parte das duas empresas, o Banco Fator e o CCF, se recebeu esse requerimento, por conseguinte deixa de ter a sua finalidade, mas se não recebeu entendo que é importante a aprovação dele e que possamos conhecer. Volto mais uma vez a levantar o questionamento do prazo. Hoje quem olhar na imprensa vai verificar que um dos bancos mais interessados na aquisição do Banestado, o Unibanco, está inclusive tentando já rever a sua posição em função das duas, dos dois leilões serem praticados muito próximos um do outro, e que vêm prejuízo do próprio Banestado. Isso está dito pela diretoria do próprio Unibanco que tem interesse, e ele afirmando que não tem caixa e suporte suficientes para participar de três leilões, que seria o Banco Bandeirantes, que já foi arrematado pelo Unibanco, pelo Banestado e o Banespa; razão maior da nossa solicitação de ontem no sentido de dilatar o prazo desse leilão para quem sabe daqui a sessenta dias, e daí termos a condição de ver melhor avaliado este processo de transferência do Banco do Estado do Paraná para a iniciativa privada.

Portanto, senhores deputados aqui fica a justificativa do nosso requerimento, o nosso encaminhamento no sentido de ver se o trabalho de avaliação do Banco não foi recebido por essa Casa, e ver esse requerimento aprovado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

(Declinam)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 526/99, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar uma Delegacia da Mulher no município de Realeza. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 567/99, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 019/99, que altera a redação dos dispositivos que especifica as Leis nºs 11.948, de 30 de julho de 1996, 11.970, de 19 de dezembro de 1997 e 12.215, de 10 de julho de 1998, Paranácidade, Paranáeducação e Ecoparaná. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 486/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Creche Deputado Aníbal Khury, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 121 de 21.09.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 486/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Creche Deputado Aníbal Khury, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Sessões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe sobre o controle e a comercialização do adesivo químico cola de sapateiro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.A.I.C.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 13.03.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 053/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria no nobre deputado Ademir Bier, dispõe sobre o controle e a comercialização do adesivo químico cola de sapateiro.

Procedida a análise legal da matéria, verificamos que nada obsta a sua tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de Parecer Favorável ao presente projeto de lei, sugerindo-se que o mesmo seja encaminhado à Comissão de Segurança Pública e Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 053/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria no nobre deputado Ademir Bier, apresentado em 14 de março de 2000, dispõe sobre o controle e a comercialização do adesivo químico Cola de Sapateiro.

O projeto foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça sendo naquela comissão aprovado, após Parecer Favorável do relator daquela comissão.

Feito o estudo material do projeto, observado a coerência do mesmo com os princípios da saúde pública somos de Parecer Favorável ao presente projeto de lei.

Solicitamos que este projeto seja encaminhado para a Comissão de segurança Pública.

Sala das Comissões, em 27.06.2000.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 053/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademir Bier, que tem por objetivo dispor sobre o controle e a comercialização do adesivo químico cola de sapateiro.

Após ter recebido Parecer Favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Comissão de Saúde Pública, esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio é chamada a se manifestar.

Apresentamos Parecer Favorável e reiteramos a solicitação de que o referido projeto seja encaminhado à Comissão de Segurança Pública.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Presidente em exercício
LUIZ FERNANDES SILVA LITRO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Feducat - Fundação Educacional de Catanduvas - Paraná, com sede e foro no município de Catanduvas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 095, de 02.08.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 244/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Feducat - Fundação Educacional de Catanduvas - Paraná, com sede e foro no município de Catanduvas.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário São Judas Tadeu - Creche Irmã Marta, com sede e foro no município de Paranaguá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 097, de 07.08.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 250/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, o Centro Comunitário São Judas Tadeu Creche Irmã Marta, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que altera o § 1º, do artigo 52, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970. (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Paraná). **COM**

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 126, de 21.09.2000)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 312/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Cesar Seleme, o presente plano de lei altera o § 1º, do artigo 52, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Fundamentação

O afastamento não se prolongará mais de oito anos consecutivos, salvo quando para o exercício de cargo de direção ou em comissão nos governos da União dos Estados ou dos municípios, ou em hipótese de funcionários à disposição da Presidência da República, ou ainda ora exercício de cargo eletivo no âmbito federal, estadual ou municipal, casos em que poderá permanecer afastado durante o tempo em que perdurar a comissão ou a requisição, ou durante o prazo do respectivo mandato.

Conclusão

Assim sendo, pelo acima exposto, concluímos que tal propositura pode prosseguir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, e não encontramos nenhum impedimento de natureza legal ou regimental.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimento nº 1849, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2½ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 486/99, 053/2000, 244/2000, 250/2000 e 312/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 663/97, 280/2000 e 306/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/2000.

Levanta-se a sessão.